

Como *Devo Viver* neste Mundo?

R. C. Sproul

Questões Cruciais 5

Como Devo Viver Neste Mundo?
Traduzido do original em inglês
How Should I Live in This World?, por R. C. Sproul
Copyright © 1983, 1999, 2009 by R. C. Sproul

■

Publicado por Reformation Trust Publishing
a division of Ligonier Ministries
400 Technology Park, Lake Mary, FL 32746

Copyright©2011 Editora FIEL.
1ª Edição em Português 2012

■

Todos os direitos em língua portuguesa reservados por Editora Fiel da Missão Evangélica Literária
PROIBIDA A REPRODUÇÃO DESTE LIVRO POR QUAISQUER MEIOS, SEM A PERMISSÃO ESCRITA DOS EDITORES, SALVO EM BREVES CITAÇÕES, COM INDICAÇÃO DA FONTE.

■

Presidente: James Richard Denham III.
Presidente emérito: James Richard Denham Jr.
Editor: Tiago J. Santos Filho
Tradução: Francisco Wellington Ferreira
Revisão: Laise Helena Oliveira
Diagramação: Rubner Durais
Capa: Gearbox Studios
ISBN: 978-85-8132-031-1

Caixa Postal 1601
CEP 12230-971
São José dos Campos-SP
PABX.: (12) 3919-9999
www.editorafiel.com.br

Sumário

Prefácio 7

Um – Ética e Moral 11

Dois – Ética Revelada 31

Três – Legalismo e Antinomianismo 41

Quatro – A Ética do Materialismo 67

Cinco – A Ética da Pena Capital e da Guerra 89

Seis – A Ética do Aborto 103

Sete – A Ética e A Consciência 119



Nestes dias, quase toda discussão importante sobre ética começa com uma análise da situação caótica da cultura moderna. Até escritores e filósofos seculares estão exigindo algum tipo de acordo básico sobre comportamento ético. O "limite de erro" da humanidade, eles dizem, está diminuindo a cada novo dia. Nossa sobrevivência está em jogo.

Estes "profetas da desgraça" ressaltam que a capacidade destrutiva do homem aumentou, de 1945 a 1960, na mesma proporção em que aumentou desde a Idade da

Pedra até ao lançamento da bomba atômica sobre Hiroshima. O fim da Guerra Fria proporcionou pouco consolo. Muitas nações têm armas nucleares ou estão bem perto de tê-las. O que, além da ética, os impedirá de usar estas armas?

Esta realidade severa é agravada pela profusão de injustiça social em muitas áreas, pelo surgimento do terrorismo internacional e pelo declínio geral dos valores pessoais e sociais. Quem vai dizer o que é certo e o que é errado? Uma obra técnica, de Thomas E. Hill, intitulada *Contemporary Ethical Theories* (Teorias da Ética Contemporânea), lista mais de 80 teorias que competem por aceitação em nosso mundo moderno. Não é apenas uma questão de "fazer a coisa certa", e sim de descobrir o que é a coisa certa. Esta proliferação de opções gera confusão em nosso mundo e, para muitos, um senso de desespero. Será que chegaremos a um consenso cultural que estabilizará as areias movediças do pluralismo?

Toda esta conversa sobre "teorias da ética" pode deixá-lo sem interesse. No entanto, decisões éticas permeiam todos os aspectos de nossas vidas. Nenhum campo ou carreira está imune a julgamentos éticos. Na política, na psicologia e na medicina, decisões éticas são feitas regularmente. Ação legislativa, política econômica, currículo

acadêmico, conselho psiquiátrico – tudo envolve considerações éticas. Todo voto depositado na urna de votação marca uma decisão ética.

Baseados em que, devemos tomar estas decisões éticas? É neste ponto que entram as "teorias éticas". O cristão pode dizer: "Eu obedeço apenas à Palavra de Deus". Todavia, como agimos naqueles assuntos para os quais a Bíblia não tem um "faça isto" específico? Podemos achar, na Escritura e na própria natureza de Deus, princípios éticos que nos guiarão através deste terreno difícil? Como podemos comunicar estes princípios aos outros? Como a Palavra de Deus se posiciona contra os outros inúmeros padrões?

Comecemos examinando com mais atenção o campo da ética, a fim de considerarmos como nossa sociedade lida com essas questões. Depois, veremos como a Palavra de Deus se encaixa nisso e procuraremos aplicar o ensino bíblico a vários dilemas modernos.



Ética e Moral

No seu uso atual, o vocábulo *ética* é, com frequência, empregado de maneira intercambiável com a palavra *moralidade*. O fato de que as duas palavras se tornaram quase sinônimos é um sinal da confusão que permeia o cenário ético moderno. Historicamente, as duas palavras tinham significados bem distintos. *Ética* vem do termo grego *ethos*, derivado de uma raiz que significa "estábulo", lugar para cavalos. E transmitia o sentido de um lugar de habitação, um lugar de estabilidade e permanência. Por outro lado, *moralidade* vem da

palavra *mores*, que descreve padrões comportamentais de uma sociedade.

Ética é uma ciência normativa, que investiga os principais fundamentos que prescrevem obrigações ou "deveres". Ela se preocupa primariamente com o imperativo e as premissas filosóficas nas quais os imperativos se alicerçam. *Moralidade* é uma ciência descritiva, que se preocupa com "o que alguém é". A ética define o que as pessoas devem fazer. A moral descreve o que as pessoas realmente fazem. A diferença entre elas é a diferença entre o normativo e o descritivo.

ÉTICA	MORAL
1. normativa	1. descritiva
2. imperativo	2. indicativo
3. dever	3. ser
4. absoluta	4. relativa

Quando a moralidade é identificada com a ética, o descritivo se torna normativo, e o imperativo é devorado pelo *status quo*. Isto cria um tipo de "moralidade estatística". Neste esquema, o bom é determinado pelo normal, e o normal é determinado pela média estatística. A "norma" é descoberta por uma análise

do normal ou pela contagem de pessoas. Conformidade com essa norma se torna a obrigação ética. Opera desta maneira:

Passo 1. Compilamos uma análise da estatística de padrões de comportamento, como aqueles que integravam os inovadores Relatórios de Kinsey no século XX. Se descobrirmos que a maioria das pessoas está participando de relação sexual pré-nupcial, então declaramos essa atividade como "normal".

Passo 2. Avançamos rapidamente do normal para uma descrição do que é autenticamente "humano". A natureza humana é definida pelo que os seres humanos fazem. Portanto, se o ser humano normal se envolve em relação sexual pré-nupcial, concluímos que essa atividade é normal e, portanto, "boa".

Passo 3. O terceiro passo é designar padrões que se desviam do normal como anormais, inumanos e inautênticos. Neste esquema, a castidade se torna uma forma de desvio de comportamento sexual, e o estigma é colocado sobre a pessoa virgem, e não sobre a pessoa não virgem.

A moralidade estatística opera de acordo com o seguinte silogismo:

Premissa A – o normal é determinado por estatísticas;
Premissa B – o normal é humano e bom;
Conclusão – o anormal é inumano e mau.

Nesta abordagem humanística da ética, o bem mais elevado é definido como aquela atividade que é mais autenticamente humana. Este método atinge grande popularidade quando aplicado a algumas questões, mas fracassa quando aplicado a outras. Por exemplo, se fizermos uma análise estatística da prática de trapacear entre os alunos ou entre o público geral, descobrimos que a maioria dos alunos trapaceia em algum momento e que todos mentem em alguma ocasião. Se os cânones da moralidade estatística são aplicados, só podemos oferecer o veredito de que trapacear é um bem autenticamente humano e que mentir é uma virtude digna.

Obviamente, tem de haver um relacionamento entre nossas teorias éticas e nosso comportamento moral. Em um sentido real, nossas crenças ditam nosso comportamento. Há uma teoria por trás de nossa ação moral. Talvez não sejamos capazes de articular essa teoria, nem mes-

mo estejamos imediatamente cônscios dela. Todavia, nada manifesta mais nitidamente nosso sistema de valores do que nossas ações.

A ética cristã está baseada numa antítese entre o que é e o que deve ser. Vemos o mundo como caído; uma análise do comportamento humano caído descreve o que é normal à situação anormal da corrupção humana. Deus nos chama do indicativo por meio de seus imperativos. Somos chamados à inconformidade – a uma ética transformadora que anula o *status quo*.

UMA INCOERÊNCIA SÉRIA

Mesmo nas afirmações relativistas, uma incoerência séria emerge. Os anos 1960 trouxeram uma revolução moral à nossa cultura, difundida pelos protestos da juventude. Dois slogans eram repetidos, divulgados lado a lado durante este movimento. A tensão foi assimilada nestes dois lemas: "Fale a verdade, doa a quem doer" e "Faça o que você quer".

O clamor por liberdade pessoal foi sintetizado no "direito inalienável" de alguém fazer o que quer. Isto foi uma exigência por subjetiva liberdade de autoexpressão. Quando as armas foram silenciadas na geração mais velha,

uma incoerência ostentosa e curiosa foi ouvida: "Fale a verdade, doa a quem doer". Este slogan envolve uma base objetiva para a verdade e a virtude. A geração adulta não teve "permissão" de fazer o que queria; se fizesse o que queria, se desviava das normas objetivas da verdade. Os filhos hippies exigiram o direito de ter seu próprio bolo de ética e, também, de comê-lo.

Certa vez, fui levado a envolver-me numa situação desagradável de aconselhamento, por uma mãe cristã desesperada, um tipo de Mônica (a mãe de Agostinho) moderna, angustiada quanto ao comportamento errante de seu filho rebelde e não crente. O rapaz abandonara as diretrizes morais e religiosas de sua mãe, mudando-se da casa da família para seu próprio apartamento. Decorou resolutamente seu apartamento com paredes escuras e luzes estroboscópicas. Depois, adornou a sala com acessórios designados para o consumo liberal de haxixe e outras drogas exóticas. Seu apartamento era um "flat" orgíaco para o qual ele convidou prontamente uma colega disposta para unir-se com ele em coabitação lasciva. Para sua mãe tudo isso era um horror insuportável. Concordei em falar com o rapaz somente depois de explicar à mãe que o encontro talvez resultasse em mais hostilidade. Eu seria visto como o "pistoleiro contratado" por sua mãe. O jovem também

concordou com o encontro, obviamente apenas para escapar de outro constrangimento verbal por parte de sua mãe.

Quando o jovem apareceu em meu escritório, foi bastante hostil e queria terminar o encontro tão rápido quanto possível. Comecei a conversa francamente, perguntando de maneira direta: "De quem você tem raiva?"

Sem hesitação, ele resmungou: "De minha mãe".

"Por quê?", eu indaguei.

"Porque tudo que ela faz é me incomodar. Ela fica só tentando me fazer aceitar a religião."

Prossegui e perguntei que sistema de valores alternativo ele havia adotado em lugar do sistema ético de sua mãe. Ele respondeu: "Creio que todos devem ser livres para fazer o que querem".

Em seguida, perguntei: "Isso inclui sua mãe?" Ele ficou surpreso com a pergunta e não percebeu de imediato onde eu estava querendo chegar. Expliquei-lhe que, se ele adotasse uma ética cristã, poderia me alistar prontamente, como um aliado, em sua causa. Sua mãe havia sido cruel, provocando o filho à ira e sendo insensível às suas questões e sentimentos, questões que são realmente delimitadas pela ética bíblica. Expliquei que, em vários pontos cruciais, sua mãe tinha violado a ética cristã. Contudo, salientei que, nos termos da sua ética de jovem, ele não

dominar sua vida, jogá-lo se torna uma coisa pecaminosa para essa pessoa.

O segundo problema representado pela área cinza é mais importante à nossa compreensão. Aqui, a área cinza representa *confusão*: abrange aquelas coisas em que estamos inseguros a respeito de serem certas ou erradas. A presença de incerteza chama atenção para o fato de que a ética não é uma ciência simples. Achar as áreas do certo e do errado é uma preocupação nobre. Pular para elas de modo simplista é devastador para a vida cristã. Quando reagimos a abordagens da ética em termos de "certo e errado", podemos estar avaliando com exatidão uma tendência humana inquietante para com o pensamento simplista. Mas devemos guardar-nos de chegar à conclusão de que não há áreas em que o pensamento de "certo e errado" não é válido. Somente no contexto do ateísmo podemos falar que não há "certo e errado". Desejamos o teísmo competente e coerente, que exige um escrutínio rigoroso de princípios éticos para acharmos a saída da confusão da incerteza.

O *CONTINUUM* ÉTICO

Nosso gráfico também pode ser usado para ilustrar o continuum ético. Em temos clássicos, o pecado é des-

crito como retidão descontrolada. O mal é visto como a negação, a privação ou a distorção do bem. O homem foi criado para trabalhar em um jardim. Em jargão moderno, o lugar de trabalho é descrito como uma floresta. Qual a diferença entre um jardim e uma floresta? Uma floresta é apenas um jardim caótico, um jardim não cultivado.

O homem foi criado com uma aspiração por significado; e isso é uma virtude. O homem pode perverter esse impulso em uma paixão por poder; e isso é um erro. Estas atitudes representam dois polos no *continuum* ético. Em algum ponto, cruzamos a linha divisória entre a virtude e o erro. Quanto mais nos aproximamos desta linha, tanto mais difícil para nós é percebê-la com clareza e tanto mais nossa mente se depara com a área de incerteza.

Enquanto eu ministrava um curso sobre ética para clérigos que estudavam para obter doutorado em ministério, apresentei o seguinte dilema ético: um marido e uma mulher são internados em um campo de concentração. São acomodados em prédios separados, sem qualquer comunicação entre eles. Um soldado se aproxima da mulher e exige que ela tenha relação sexual com ele. A mulher recusa. O soldado afirma que, se a mulher não se submeter à proposta, ele atirará em seu marido. A mulher se submete. Quando o campo é libertado, e o marido fica sabendo do

comportamento de sua mulher, ele a processa para obter divórcio com base em adultério.

Depois, apresentei esta pergunta a 20 clérigos conservadores: "Você daria o divórcio ao homem com base em adultério?" Todos eles responderam sim, destacando o fato óbvio de que a mulher teve relação sexual com o soldado. Eles viram circunstâncias atenuantes naquela situação, mas a situação não mudou a realidade do comportamento imoral da mulher.

Em seguida, eu perguntei: "E se a mulher fosse estuprada forçosamente, o marido poderia processá-la para obter divórcio com base em adultério?" Todos eles responderam não. Os clérigos reconheceram uma distinção clara entre adultério e estupro. A diferença se acha no ponto de coerção versus participação voluntária. Eu ressaltei que o soldado da prisão usou coerção (forçando a submissão da mulher, para que seu marido não fosse morto) e perguntei se o "adultério" da mulher não foi realmente "estupro".

Apenas por eu levantar a questão, metade dos clérigos mudou seu veredito. Depois de prolongada discussão, quase todos eles fizeram isso. A presença do elemento de coerção lançou o assunto do adultério em uma área de confusão. Até aqueles que não mudaram totalmente seu pensamento mudaram sua decisão para validar as circunstâncias atenu-

antes, que moveram o "crime" da mulher da área evidente de pecado para a área de complexidade. Todos concordaram em que, se houve pecado, foi um pecado menor do que adultério cometido com "malícia premeditada".

O fato de que existe um *continuum* entre a virtude e o erro foi o principal alvo do ensino de Jesus no Sermão do Monte. Ele estava ensinando o princípio do complexo de retidão e do complexo de pecado. Os fariseus haviam adotado um entendimento simplista dos Dez Mandamentos. Seus julgamentos éticos eram superficiais e, por isso, distorcidos. Fracassavam em compreender o tema do *continuum*.

Certa vez li um artigo escrito por um importante psiquiatra que criticava o ensino ético de Jesus. Ele expressou admiração pelo fato de que o mundo ocidental louvava tanto a Jesus como um "grande mestre". Afirmou que o Sermão do Monte (Mateus 5-7) exibia a grande tolice do ensino ético de Jesus. Perguntou por que nós exaltávamos a sabedoria de um mestre que afirmava que cobiçar uma mulher era tão mau para um homem quanto adulterar com ela. Perguntou como um mestre podia argumentar que ficar irado com alguém ou chamá-lo de tolo é tão mau quanto assassiná-lo.

A resposta a este psiquiatra deve ser clara. Jesus não ensinou que a cobiça era tão má quanto o adultério ou que a

raiva era tão má quanto o assassinato. (Infelizmente, muitos cristãos têm se precipitado na mesma conclusão errônea, como o psiquiatra, obscurecendo a ênfase do ensino ético de Jesus).

Jesus estava corrigindo a opinião simplista que os fariseus sustentavam a respeito da lei. Eles haviam adotado uma filosofia de "tudo, exceto" da moralidade técnica, supondo que, se evitassem a dimensão mais óbvia dos mandamentos, estariam cumprindo a lei. Como o jovem rico, eles tinham um entendimento simplista e externo do Decálogo. Pelo fato de que nunca haviam matado ninguém, pensavam que tinham guardado perfeitamente a lei. Jesus delineou as implicações mais amplas ou o complexo da lei. "Não matarás" significa mais do que refrear-se de homicídio. Proíbe todo o conjunto de fatores que resulta em assassinato. Também implica a sua virtude oposta: "Promoverás a vida". Em nosso *continuum* ético, vemos o seguinte alcance:

ERRO	VIRTUDE
Assassinato-ódio-calúnia	Poupar a vida
Destruir a vida	Promover a vida

Um *continuum* semelhante se move do erro de adultério para a virtude de castidade. Entre estes, estão virtudes e pecados menores, mas, apesar disso, são virtudes e pecados.

O ensino de Jesus revelou tanto o espírito como a letra da lei. Por exemplo, a calúnia não mata o corpo, nem deixa a esposa viúva, nem os filhos, órfãos. Ela destrói o bom nome de um homem, e isso rouba de sua vida um aspecto de qualidade. A calúnia mata o homem "no espírito". Os fariseus haviam-se tornado literalistas crassos, ignorando o espírito da lei e perdendo de vista os interesses mais amplos do complexo pecado de assassinato.

GRAUS DE PECADO?

Falar de um *continuum* ético ou de um complexo de retidão e de mal é entrar num debate sobre graus de pecado e de retidão. A Bíblia ensina que, se pecamos contra um mandamento da lei, pecamos contra toda a lei. Isto não significa que o pecado é pecado e que, em última análise, não há graus? Os protestantes não repudiaram a distinção católica romana entre pecados veniais e pecados mortais? Essas são as perguntas que emergem logo que começamos a falar em graus de pecado.

Certamente a Bíblia ensina que, se pecamos contra um mandamento da lei, pecamos contra toda a lei (Tg 2.10). Contudo, não devemos inferir disso que não há graus de pecado. Pecar contra a lei é pecar contra o Deus da lei. Quando transgredimos um mandamento da lei de Deus, nos colocamos em oposição ao próprio Deus. Não estou dizendo que pecar contra um mandamento da lei é equivalente a pecar contra cinco mandamentos da lei. Em ambos os casos, transgredimos a lei de Deus e ofendemos a ele, mas o grau de minha ofensa é, no segundo caso, cinco vezes maior do que no primeiro.

É verdade que Deus ordena obediência perfeita a toda a lei, de modo que por uma simples transgressão me exponho a julgamento. O pecado mais insignificante me expõe à ira de Deus, pois no menor dos pecados sou culpado de traição universal. Na menor transgressão, eu me coloco acima da autoridade de Deus, insultando sua majestade, sua santidade e seu direito soberano de governar-me. O pecado é um ato de revolução no qual o pecador procura remover Deus de seu trono. O pecado é uma presunção de arrogância suprema, no fato de que a criatura ostenta sua sabedoria acima da do Criador, desafia a onipotência de Deus com a impotência humana e procura usurpar a autoridade legítima do Senhor do universo.

É verdade que o protestantismo histórico rejeitou o esquema católico romano de pecados mortais e veniais. A rejeição, porém, não se baseou em rejeição de graus de pecado. João Calvino, por exemplo, argumentou que todo pecado é mortal no sentido de que merece, com justiça, a morte, mas nenhum pecado é mortal no sentido de que destrói a graça justificadora. Considerações diferentes do entendimento de graus de pecado estavam em vista na rejeição protestante da distinção de pecados mortais e veniais. O protestantismo histórico reteve a distinção entre pecados ordinários e pecados que são considerados graves e abomináveis.

A razão mais óbvia por que o protestantismo reteve o ensino sobre os graus de pecado é que a Bíblia expressa em abundância essas gradações. A lei do Antigo Testamento tinha distinções e penalidades claras para diferentes atos criminosos. Alguns pecados eram punidos com morte, outros, com penalidades corporais, e outros, com o pagamento de multas. No sistema jurídico e criminal dos judeus, fizeram-se distinções entre tipos de assassinato que corresponderiam às distinções contemporâneas, tais como assassinato de primeiro e de segundo grau, bem como homicídio doloso e culposo.

O Novo Testamento lista certos pecados que, se continuam sem arrependimento, exigem a exclusão da

comunhão cristã (1 Co 5). Ao mesmo tempo, o Novo Testamento advoga um tipo de amor que cobre uma multidão de pecados (1 Pe 4.8). Ali, há muitas advertências quanto a um julgamento futuro que levará em conta tanto o número (quantidade) como a severidade (qualidade) de nossos pecados. Jesus falou sobre aqueles que receberão muitos açoites e aqueles que receberão poucos açoites (Lc 12.44-48); sobre o julgamento comparativamente maior que será infligido a Corazim e a Betsaida, em relação a Sodoma (Mt 11.20-24); e sobre o maior e o menor grau de recompensas que serão dadas aos santos. O apóstolo Paulo advertiu os romanos a respeito de acumularem ira para o dia da ira de Deus (Rm 2.5). Estas e muitas outras passagens indicam que o juízo de Deus será perfeitamente justo, avaliando o número, a severidade e as circunstâncias atenuantes que acompanham todos os nossos pecados.



Ética Revelada

No âmago da ética cristã, há a convicção de que a base inabalável para conhecermos o verdadeiro, o bom e o correto é a revelação divina. O cristianismo não é um sistema de vida que opera na base de razão especulativa ou de conveniência pragmática. Afirmamos ousadamente que Deus nos revelou quem ele é e como espera que nos relacionemos com ele. Deus nos revelou o que lhe agrada e o que ele nos ordena. A revelação provê uma ajuda sobrenatural no entendermos o bem. Isto é tão elementar e tão óbvio que tem sido frequentemen-

te ignorado e obscurecido, quando buscamos respostas para questões específicas.

O abandono da revelação divina tem levado nossa cultura ao caos na área de ética. Perdemos a base de conhecimento, o fundamento epistemológico, para descobrirmos o bem. Não estou sugerindo que Deus nos deu um livro de normas que é tão detalhado em seus preceitos, que todas as decisões éticas são fáceis. Isso seria uma simplificação excessiva da verdade. Deus não nos deu instruções específicas para cada e toda questão ética com que nos deparamos, mas também não somos deixados a tatear na escuridão e a tomar nossas decisões com base em mera opinião. Isto é um conforto importante para o cristão porque nos assegura que, em lidar com questões éticas, nunca estamos operando num vácuo. As decisões éticas que fazemos afetam a vida das pessoas, moldam e influenciam a personalidade e o caráter humano. É precisamente neste ponto que precisamos da ajuda da extraordinária sabedoria de Deus.

Ser guiado pela revelação de Deus tanto é confortante como arriscado. É confortante porque podemos descansar na segurança de que nossas decisões éticas procedem da mente daquele cuja sabedoria é transcendente. A lei de Deus não somente reflete seu caráter justo, mas também

manifesta sua sabedoria infinita. Seu conhecimento de nossa humanidade e sua compreensão de nossa necessidade por plenitude de crescimento e desenvolvimento excede muito a sabedoria coletiva dos maiores filósofos do mundo. Os psiquiatras nunca entenderão a alma humana no mesmo grau em que o Criador entende aquilo que criou. Deus conhece nossa estrutura; foi ele quem nos criou tão admirável e maravilhosamente. Todas as nuanças e complexidades que envolvem nossos sensos e se unem para produzir uma personalidade humana são conhecidas, em seus detalhes íntimos, pela mente de Deus.

Obter conforto na revelação divina é um negócio arriscado. É arriscado exatamente porque a presença de hostilidade ao governo de Deus no coração humano gera conflito entre os preceitos divinos e os desejos humanos. Adotar uma posição ética com base na revelação divina é colocar-se em conflito sério e, às vezes, radical com as opiniões dos homens. Cada dia, ministros do cristianismo dão, ao redor do mundo, conselhos e sugestões que são contrários aos mandamentos claros de Deus. Como podemos explicar esse divórcio entre a Palavra de Deus e o conselho ministerial?

Um fator crítico neste dilema é que tais ministros são fortemente pressionados a conformarem-se com

padrões contemporâneos aceitáveis. A pessoa que os procura em busca de conselhos nem sempre está procurando a orientação do Deus transcendente, e sim permissão para fazer o que quer - uma licença para pecar. O conselheiro cristão é vulnerável a formas sofisticadas de manipulação procedentes da própria pessoa que busca seu conselho. O ministro cristão é colocado sob aquela forte pressão para concordar com os desejos da pessoa ou ser considerado insensível e desmancha-prazeres. Acrescente-se a isto a ênfase cultural de que há algo desumano na disciplina e nas restrições morais que Deus nos impõe. Portanto, tomar posição ao lado de Deus é muitas vezes posicionar-se contra os homens e enfrentar as árduas provações que acompanham as convicções cristãs.

Ética envolve a questão de autoridade. O cristão vive em submissão à soberania de Deus, o único que pode reivindicar senhorio sobre nós. A ética cristã é teocêntrica e oposta à ética secular e filosófica, que tende a ser antropocêntrica. Para os humanistas, o homem é a norma, o padrão final de comportamento. Os cristãos, porém, afirmam que Deus é o centro de todas as coisas e que seu caráter é o padrão absoluto pelo qual as questões de certo e errado são determinadas.

TEONOMIA, AUTONOMIA, HETERONOMIA

A soberania de Deus lida não somente com princípios abstratos, mas também com diretrizes reais de autoridade. Deus tem o direito de dar ordens, impor obrigações e constranger a consciência dos homens. Os cristãos vivem no contexto de teonomia. Debates sobre lei e ética tendem a centralizar-se em dois pontos básicos – autonomia e heteronomia. Autonomia declara que o homem é uma lei para si mesmo. O homem autônomo cria seu próprio sistema de valores e estabelece suas próprias normas, respondendo e prestando contas ao homem, tão somente ao homem. Heteronomia significa "governado por outro". Em um sistema de heteronomia, o indivíduo é considerado moralmente responsável por obedecer a limites e proibições impostas a ele por outra pessoa. Esta outra pessoa pode ser outro indivíduo, um grupo como o Estado ou mesmo um Deus transcendente. Quando falamos em teonomia, ou o governo de Deus, estamos falando de um tipo específico de heteronomia. Teonomia é o governo por parte de outro que é identificado como Deus. Esta distinção entre autonomia e teonomia é o conflito mais fundamental da humanidade. Quando a teonomia é abandonada em favor da autonomia, a descrição bíblica para

essa ação é pecado. A autonomia é a declaração de independência da criatura em relação ao seu Criador.

Há uma diferença importante entre liberdade e autonomia. Embora autonomia seja um tipo de liberdade, ela transporta as dimensões de liberdade ao nível do absoluto. O cristianismo afirma que Deus dá liberdade ao homem, mas essa liberdade tem limites. Nossa liberdade nunca nos leva ao ponto de autonomia. Alguns têm visto a queda do homem no Éden como um resultado da busca primordial do homem por autonomia – o pecado básico do homem, a tentativa de usurpar a autoridade que pertence a Deus.

Friedrich Nietzsche, ao tentar identificar a característica mais básica do homem, identificou-a como o que ele chamou de cobiça do homem ou vontade de poder. Para Nietzsche, o homem autêntico era aquele que se recusava a submeter-se ao clamor de moralidade popular das massas – um herói existencial que tinha a coragem de criar seus próprios valores. Para que o homem crie seus próprios valores de maneira absoluta, a primeira coisa que ele precisa fazer é declarar a morte de Deus. Enquanto Deus existe, ele representa a ameaça final à pretensa autonomia do homem. Jean-Paul Sartre também se referiu a este tema quando declarou que, se a liberdade não alcança a plena medida de autonomia, ela não é verdadeira liber-

dade. Por isso, Sartre se posicionou ao lado daqueles que querem excluir Deus da arena ética.

Nos Estados Unidos, nosso conceito de liberdade tem mudado drasticamente desde o século XVIII até o século XXI. A mudança está relacionada com o nosso entendimento de autonomia. O homem moderno considera a busca por autonomia como uma nobre e virtuosa declaração de criatividade humana. Do ponto de vista cristão, a busca por autonomia representa a essência do mal, pois contém em sua agenda a morte de Deus.

O existencialista contemporâneo clama que "descansar à sombra do Onipotente" é a pior coisa que o homem pode fazer. Essa dependência humana da assistência divina, ele diz, estimula a fraqueza e a decadência inevitável. Sendo mais exato, muitas pessoas recorrem ao cristianismo por causa de fraqueza moral, mas a questão fundamental não é o que consideramos ser estados mentais ou atitudes psicológicas preferíveis. A questão crucial se centraliza na existência de Deus. O que importa realmente é a pergunta: "Há um Deus?" Sem Deus, o único fim possível da reflexão ética é o caos. Fyodor Dostoevsky expressou esta ideia na obra *Os Irmãos Karamazov*, na qual um de seus personagens diz: "Se Deus não existe, todas as coisas são permissíveis".

O Deus do cristianismo é soberano, sábio, reto e, em última análise, interessado em justiça. Ele é não somente interessado em justiça, mas também assume o papel de Juiz sobre nós. Um dos axiomas do cristianismo é que as nossas ações serão julgadas. É evidente que este tema está ausente, em muito, do ensino cristão de nossos dias; contudo, ele enche o Novo Testamento e se acha em quase todo sermão de Jesus de Nazaré. Seremos chamados a prestar contas de toda palavra frívola que falamos. No último Dia, não será a nossa consciência que nos acusará, será o próprio Deus.

A ética cristã não pode ser estabelecida em um vácuo. O cristão não se interessa em ética por causa da ética em si mesma. Entendemos que regras para a conduta são estabelecidas no contexto da vontade de Deus para a redenção humana. Há um senso real em que a graça precede a lei. A própria entrega dos mandamentos pelo Criador está no contexto de uma aliança que Deus faz com base na graça. O propósito dos mandamentos divinos é redenção. A lei do Antigo Testamento e do Novo Testamento é orientada, fundamentalmente, a pessoas. Isolar esta lei de sua preocupação básica com pessoas significa cair no abismo do legalismo. A ética cristã é construída sobre a obediência de pessoas a um Deus pessoal. Quando Deus

outorgou a lei pela primeira vez, ele o fez por meio de uma apresentação pessoal: "*Eu sou* o SENHOR, *teu* Deus, que *te* tirei da terra do Egito, da casa da servidão. Não *terás* outros deuses diante de *mim*. Não *farás*..." (Êx 20.2-4, ênfase acrescentada). Vemos que isso não é lei por amor à própria lei, e sim por amor às pessoas.



Capítulo Três

Legalismo e Antinomianismo

O *continuum* de ética é dividido precisamente por uma linha bem tênue, o fio da navalha. A linha tênue de demarcação é semelhante ao que Jesus descreveu como o "caminho estreito". O Novo Testamento se refere, com frequência, aos cristãos como pessoas que vivem de acordo com o "Caminho". No século I, os cristãos eram chamados de "pessoas do caminho". Jesus chamou seus discípulos a andarem no caminho estreito e a entrarem pela porta estreita que conduz à vida, enquanto advertiu sobre o caminho largo que conduz à perdição (Mt

7.13-14). Entretanto, há uma diferença entre um caminho estreito e uma mentalidade estreita. Esta última revela uma mente inclinada a fazer julgamentos, uma mentalidade de crítica, que está muito aquém do ideal bíblico de amor. Andar no caminho estreito envolve não uma atitude mental distorcida, e sim um entendimento claro do que a retidão exige.

Uma pessoa pode desviar-se do caminho de retidão por mover-se para a direita ou para a esquerda. Uma pessoa pode tropeçar no caminho estreito por sair do curso, em qualquer destas direções. Se considerarmos novamente a ética em termos do modelo do *continuum*, sabemos que os polos opostos, que representam distorções da verdadeira retidão, podem ser rotulados de legalismo e antinomianismo. Estas distorções gêmeas têm infestado a igreja durante toda a sua existência. Os documentos do Novo Testamento revelam que lutas com o legalismo e com o antinomianismo foram comuns na igreja do Novo Testamento.

LEGALISMO EM MUITAS FORMAS

Legalismo é uma distorção que assume muitas formas. A primeira forma de legalismo envolve remover a lei

de Deus de seu contexto original. Esse tipo de legalismo reduz o cristianismo a uma lista de "faça e não faça", um sistema codificado de moralismo rígido que é divorciado do contexto de aliança de amor. Certamente Deus estabelece regras. Ele pronuncia "faça e não faça", mas o propósito destas regras é descrever-nos o que lhe agrada ou o que lhe desagrada. Deus se interessa pela atitude do coração que uma pessoa tem consigo no aplicar as regras. Quando as regras são cumpridas por amor às próprias regras, a obediência é prestada a uma abstração fria conhecida como lei, e não a um Deus pessoal que revela a lei.

Uma segunda dimensão de legalismo, intimamente relacionada com a primeira, envolve a separação entre a letra de lei e o espírito da lei. Esta foi a distorção que Jesus abordou constantemente, ao confrontar os fariseus, e os repreendeu quanto a ela, no Sermão do Monte. Como já indicamos em referência à expansão de Jesus quanto ao pleno significado da lei, no Sermão do Monte, não basta a pessoa piedosa obedecer às meras exterioridades da lei, enquanto ignora as implicações mais profundas do espírito por trás da lei. Os fariseus se tornaram mestres de obediência exterior unida com desobediência interior.

A distinção entre espírito e letra envolve a questão de motivo. Quando a Bíblia descreve a bondade, ela o faz

numa maneira complexa. Alguns se ofendem com a acusação universal trazida contra a humanidade caída, a acusação que Paulo afirma na Epístola aos Romanos. O apóstolo declara: "Não há justo, nem um sequer... não há quem faça o bem, não há nem um sequer" (Rm 3.10, 12). Nesta passagem, o apóstolo ecoa a afirmação radical com a qual Jesus respondeu à pergunta do jovem rico: "Por que me chamas bom? Ninguém é bom senão um, que é Deus" (Mc 10.18). Em face disto, a Bíblia parece ensinar que ninguém faz qualquer coisa boa neste mundo. Esta é uma avaliação terrível da conduta dos seres humanos caídos.

Como devemos entender este julgamento radical da conduta ética humana? A chave se acha em uma análise da definição bíblica do que é bom. Para uma ação ser considerada boa por Deus, ela tem de satisfazer duas exigências primárias. A primeira é que a ação tem de corresponder exteriormente com as exigências da lei. A segunda, a motivação interior para a ação tem de proceder de um coração que é totalmente disposto para a glória de Deus. É a segunda dimensão, a dimensão espiritual de motivo, que impede muitas de nossas obras de serem avaliadas como boas. Um pagão, uma pessoa de corrupção profunda, pode fazer atos que se conformam exteriormente com as exigências da lei. Todavia, a motivação interior é de interesse

egoísta ou o que os teólogos chamam de "autointeresse iluminado", um motivo que não está em harmonia com o Grande Mandamento. Nossos atos exteriores podem corresponder às exigências exteriores da lei, enquanto, ao mesmo tempo, nosso coração está muito longe de Deus.

Considere o exemplo de uma pessoa que dirige seu automóvel no contexto de limite de velocidade permitida. Uma pessoa sai em viagem de uma cidade para outra, passando por diversas zonas de diferentes velocidades permitidas. Para trafegar numa rodovia, a velocidade máxima é estabelecida em 110 km/h. Para trafegar numa zona de escolas em uma cidade, a velocidade máxima cai para 40 km/h. Suponha que o motorista tenha uma preferência por guiar seu veículo a uma velocidade de 110 km/h. Ele dirige permanentemente à velocidade que prefere. Enquanto trafega pela rodovia, sua atividade é observada pela polícia rodoviária, que verifica estar ele dirigindo em conformidade com as exigências da lei, dando a aparência de motorista modelo e de cidadão correto e obediente. No entanto, ele está obedecendo à lei não porque tem interesse pela segurança e bem-estar dos outros ou porque seu motivo é ser civilmente obediente, mas apenas porque gosta de dirigir seu carro a 110 km/h. Esta preferência é notada quando ele guia seu carro pela zona escolar e continua com o acele-

rador pressionado, mantendo a velocidade de 110 km/h. Agora, ele exerce sua preferência, tornando-se um perigo evidente, uma ameaça, para crianças que andam pela zona escolar. Ele está dirigindo 70 km/h acima da velocidade permitida. Sua obediência exterior à lei desaparece quando a lei conflita com seus desejos.

A diferença entre a nossa percepção e a de Deus é que a nossa capacidade de percepção é limitada à observação de modos de comportamento exteriores. Deus pode perceber o coração. Somente ele conhece os motivos e intenções mais profundos que sustentam nossas atitudes e comportamento. O legalismo se preocupa apenas com a conformidade exterior, não vendo a motivação interior.

A forma mais letal e difundida de legalismo, talvez seja aquela que acrescenta leis à lei de Deus e considera tais acréscimos como se fossem a lei divina. Os profetas do Antigo Testamento expressaram a ira de Deus contra esta forma de comportamento, que eles reputaram uma imposição desnecessária à consciência dos homens, onde Deus os deixara livres. Impor seu próprio senso de propriedade sobre outras pessoas, procurando conformidade das massas às suas próprias preferências e acrescentando insulto à lei de Deus, por declarar que estes preconceitos e preferências são a vontade de Deus – isto é uma manifestação do estado ca-

ído do homem. O ponto frequente de conflito entre Jesus e os fariseus se centralizou nas tradições dos fariseus, que impunham coisas difíceis às pessoas que eram constrangidas por obrigações criadas por homens. Jesus reprovou os fariseus porque eles haviam elevado as tradições ao nível da lei de Deus, procurando não somente usurpar a autoridade de Deus, mas também oprimir as pessoas.

A elevação da preferência humana ao nível de mandato divino não se limita a um grupo isolado de fariseus moralistas no século I. Este problema tem afligido a igreja no decorrer de sua história. Não somente se desenvolveram tradições que foram acrescentadas à lei de Deus, mas também, em muitos casos, elas se tornaram os testes supremos da fé, os testes decisivos pelos quais indivíduos eram considerados cristãos ou não cristãos. Segundo o Novo Testamento, é impensável que o compromisso cristão de uma pessoa seria determinado por tal pessoa se envolver ou não em dançar, por usar batom ou coisas semelhantes. Infelizmente, quando estas preferências se tornam os testes da fé, elas não somente envolvem a elevação de preceitos não bíblicos ao nível da vontade de Deus, mas também representam a vulgarização da retidão. Quando coisas exteriores se tornam o padrão de medir a retidão, elas obscurecem os testes genuínos de retidão.

ESPECIALIZANDO-SE EM COISAS MENORES

Intimamente relacionado com a elevação das tradições humanas à norma da lei, está o problema de especializar-se em coisas menores, o que, de novo, foi exemplificado pelos fariseus. Os fariseus distorciam a ênfase da retidão bíblica para adaptar-se aos seus próprios padrões de comportamento de autojustificação. Jesus confrontou muitas vezes os fariseus neste ponto. Jesus lhes disse: "Vós... dais o dízimo da hortelã, do endro e do cominho e tendes negligenciado os preceitos mais importantes da Lei: a justiça, a misericórdia e a fé" (Mt 23.23a). Em várias ocasiões, Jesus reconheceu que os fariseus obedeciam escrupulosamente alguns pontos da lei. Davam dízimos, liam as Escrituras, faziam muitas coisas que a lei exigia, e Jesus os elogiou por suas ações, dizendo: "Devíeis... fazer estas coisas" (Mt 23.23b). No entanto, era a ênfase que estava corrompida. Eles davam escrupulosamente o dízimo, mas, em fazer isso, usavam sua obediência nesta questão menos importante como uma capa para encobrir sua recusa em obedecer às questões mais importantes de justiça e misericórdia. Esta distorção ocorre em nossos dias.

Por que temos uma tendência perpétua de especializar-nos em coisas menos importantes? Como cristãos, queremos ser reconhecidos por nosso crescimento em santificação e por nossa justiça. O que é mais fácil realizarmos: maturidade em mostrar misericórdia ou em pagar dízimos? Pagar meus dízimos envolve certamente um tipo de sacrifício financeiro, mas há um senso real em que entregar o dízimo à tesouraria da igreja é mais fácil para mim do que investir minha vida na busca de justiça e misericórdia. Tendemos a dar a Deus os dons mais fáceis. O que é mais fácil: desenvolver o fruto do Espírito, vencendo o orgulho, a cobiça e a impaciência, ou evitar ir ao cinema e evitar dançar? Também ansiamos por padrões de medir crescimento claramente observáveis. Como medimos nosso crescimento em compaixão e paciência? É muito mais difícil medir a disposição de nosso coração do que medir a quantidade de filmes a que assistimos.

É também nossa inclinação, como criaturas caídas, qualificar como muito importantes aquelas virtudes em que atingimos certo grau de sucesso. Naturalmente, eu gosto de pensar que meus pontos morais fortes são as coisas importantes e que minhas fraquezas morais são limitadas às questões menos importantes. É muito fácil partirmos desta inclinação natural para uma distorção ampla da ênfase de Deus.

Um tipo final de legalismo pode ser chamado de "escapismo". Escapismo envolve contornar a lei por meio de tecnicalidades morais e legais. De novo, voltamos aos fariseus quanto ao modelo bíblico dessa atitude. Os fariseus tinham uma tradição clara e bem definida sobre restrições de viagens aos sábados. No sábado, uma pessoa não podia viajar mais do que uma "jornada de um sábado", que atingia certa distância de sua casa. Se um fariseu quisesse viajar uma distância que excedia esse limite, ele se aproveitaria de uma provisão técnica na lei que permitia uma pessoa estabelecer, durante a semana, residências separadas. Ele pediria a um mercador itinerante que levasse algumas peças de roupa ou coisas pessoais, como escova de dente, e os colocasse em pontos estratégicos ao longo da estrada. Talvez na marca de duas milhas, a escova de dente do fariseu seria colocada sobre uma rocha, estabelecendo, assim, legalmente sua "residência" naquela rocha. Com suas residências legais definidas em intervalos de duas milhas, ao longo da estrada, os fariseus eram livres para viajar de uma rocha a outra – de "residência a residência" – e fazer toda a sua viagem sem cobrir mais do que a distância prescrita, a partir de sua "casa". O princípio de viagem no dia de sábado era violado descaradamente enquanto era protegido tecnicamente pelo recurso de escape.

Há alguns anos, Gail Green escreveu um livro descrevendo padrões de comportamento sexual da mulher universitária americana. O Dr. Green asseverou que o princípio ético prevalecente na época era a filosofia "tudo, exceto". Muitas formas de atividade sexual eram consideradas legítimas, contanto que a mulher não chegasse ao ponto de ter relação sexual. Hoje parece quase ingênuo pensar em uma geração de alunos universitários que adotaram a filosofia de "tudo, exceto", visto que tais diretrizes caíram desde então. O fato é que a filosofia de "tudo, exceto" era um exemplo de escapismo técnico, em que uma pessoa podia ser virgem no sentido técnico, mas estar envolvida em todo tipo de ato sexual pré-conjugal e extraconjugal.

O ANTINOMIANISMO REJEITA A LEI

Assim como o legalismo distorce a ética bíblica em uma direção, assim também o antinomianismo a distorce na direção oposta. Antinomianismo significa "ser contra a lei". Como o legalismo surge em muitas formas e dimensões, muitas formas sutis de antinomianismo podem ser delineadas. Estamos vivendo numa época da história cristã em que o antinomianismo é abundante na igreja.

O primeiro tipo de antinomianismo é libertinismo, a ideia de que o cristão não está mais obrigado a obedecer a Deus, de maneira alguma. Este ponto de vista quanto à lei está frequentemente ligado à doutrina protestante fundamental, a justificação somente pela fé. Conforme este ponto de vista, uma pessoa entende que a justificação pela fé significa que, após a sua conversão, um cristão não está mais sujeito, em qualquer sentido, a cumprir os mandamentos da lei. Ele vê a sua justificação como uma licença para pecar, desculpando-se por argumentar que vive pela graça e não pela lei e que não está sob qualquer obrigação de seguir os mandamentos de Deus.

Teólogos católicos romanos no século XVI expressaram temor dessa distorção do conceito bíblico da justificação. Eles temiam que a insistência de Martinho Lutero na justificação somente pela fé desencadearia um dilúvio de iniquidade por parte daqueles que entenderiam a doutrina precisamente nestes termos. O movimento luterano foi rápido em ressaltar que, embora a justificação seja somente pela fé, ela acontece por um tipo de fé que não está sozinha. A menos que a santificação do crente seja evidenciada pela verdadeira conformidade com os mandamentos de Cristo, é certo que nenhuma justificação autêntica aconteceu realmente nele. Jesus disse: "Se me amais,

guardareis os meus mandamentos" (Jo 14.15). Cristo é um Senhor que dá mandamentos. Se alguém possui a verdadeira fé justificadora, ele age diligentemente para seguir a obediência que Cristo exige.

Um segundo tipo de antinomianismo pode ser chamado de "espiritualismo gnóstico". Os primeiros gnósticos, crendo que tinham um monopólio do conhecimento espiritual, infestaram a comunidade cristã. Tomando seu nome a partir da palavra grega *gnosis*, que significa "conhecimento", eles afirmavam um tipo superior de conhecimento místico que lhes dava o direito de rejeitar ou suplantar os mandamentos dados à comunidade cristã por meio da palavra dos apóstolos. Embora o gnosticismo seja uma doutrina formal que saiu de cena, muitas variações sutis desta antiga heresia persistem até hoje. Os cristãos evangélicos caem frequentemente na armadilha de afirmar que o Espírito de Deus os leva a fazer coisas que são notoriamente contrárias à Palavra de Deus escrita. Já estive com cristãos que me procuraram e relataram padrões de comportamento que violavam os mandamentos de Cristo, mas, depois, eles diziam: "Eu oro sobre este assunto e me sinto em paz a respeito dele". Alguns têm cometido afrontas contra o Espírito de verdade e santidade por, não somente procurarem justificar suas transgressões por

apelarem a algum sentimento místico de paz, dado supostamente pelo Espírito Santo, mas também por lançarem sobre o Espírito Santo a culpa pelo impulso de seu pecado. Isto se aproxima, perigosamente, de blasfêmia contra o Espírito e, com certeza, está no âmbito do entristecer o Espírito. O Espírito de Deus concorda com a Palavra de Deus. O Espírito de Deus não é antinomiano.

Um terceiro exemplo de antinomianismo que teve um impacto profundo na comunidade cristã no século XX foi o surgimento de ética situacional. Ética situacional é conhecida frequentemente por outro nome, a "nova moralidade". Identificar esta teoria com um indivíduo seria distorção. Os livros *Ética*, de Dietrich Bonhoeffer, *O Imperativo Divino*, de Emil Brunner, e *Ética em Um Contexto Cristão*, de Paul Lehmann, todos, contribuíram para a ética situacional. O bispo John A. T. Robertson, com sua famosa obra *Honesto para Deus*, e o bispo James Pike, também entraram na discussão. Todavia, Joseph Fletcher, com sua obra *Ética Situacional*, fez mais do que qualquer outro para popularizar esta teoria.

"Há ocasiões em que um homem tem de ignorar seus princípios e fazer a coisa certa." Este comentário de um taxista de St. Louis é um indicativo do estilo e do tom do livro de Fletcher. Neste mesmo sentido, Fletcher ci-

tou um rancheiro do Texas cuja história é contada em *The Rainmaker* (O Fazedor de Chuva), peça escrita por N. Richard Nash: "Você está tão cheia do que é certo, que não pode ver o que é bom". Este rancheiro é um dos heróis do livro de Fletcher.

A base geral para a ética situacional é que existe um, somente um, princípio ético normativo ao qual os seres humanos estão obrigados: a lei do amor, uma lei que nem sempre é fácil de discernir. Fletcher compreendia que a palavra *amor* é uma palavra "*pantanosa*".

Fletcher argumentou que há três maneiras básicas de lidar com a questão de tomar decisões éticas: legalismo, antinomianismo e situacionismo. Ele definiu legalismo como uma preocupação com a letra da lei. Os princípios da lei não são meras diretrizes para iluminar determinada situação; são diretivas a serem seguidas totalmente, são soluções preestabelecidas, e você "pode achá-las em um livro". Ele fez a acusação de que o judaísmo, catolicismo romano e o protestantismo clássico têm sido legalistas neste sentido. Fletcher indicou certos episódios de legalismo crasso na história da igreja, como a morte de homossexuais, por fogo, na estaca, durante a Idade Média.

O antinomianismo não tem qualquer consideração pela lei. Toda decisão é puramente existencial. Decisões

morais são feitas de maneira aleatória e espontânea. Fletcher viu que o legalista tem muitas máximas e que o antinomiano não tem nenhuma. Por isso, ele sustentou que o situacionismo é um campo intermediário para uma ética mais executável. O situacionista trata com respeito os princípios tradicionais de sua herança, mas está sempre preparado para deixá-los de lado se, em determinada situação, fazer isso parece satisfazer melhor ao amor.

Fletcher distinguiu entre princípios e regras: princípios *guiam*, regras *dirigem*. Em desenvolver as aplicações da lei do amor, ele elaborou os seguintes princípios que servem como diretrizes:

1. *Pragmatismo* – o bom e o verdadeiro são determinados por aquilo que produz resultados.

2. *Relativismo* – o situacionista evita palavras como *nunca, sempre, perfeito e absolutamente*. (A tendência básica do homem secular é negar a existência de quaisquer absolutos. Fletcher asseverou que há um absoluto que serve como ponto de referência para um "relativismo normativo".)

3. *Positivismo* – particularizado, para este propósito, aos pontos de princípios. O situacionista não está pro-

curando axiomas universais. Suas afirmações são postuladas, não deduzidas. Proposições de fé são afirmadas de maneira voluntária, e não de maneira racional, sendo mais atos da vontade do que da mente. Não podemos provar nosso conceito de amor. O produto final de nossa ética é uma decisão, e não uma conclusão.

4. *Personalismo* – a ética lida com os relacionamentos humanos. O legalista é uma pessoa "que busca algo": o que a lei diz? O situacionista é uma pessoa "que busca alguém": quem precisa ser ajudado? A ênfase está em pessoas, e não em ideias ou princípios por si mesmos.

Ainda temos a questão "O que perguntamos a nós mesmos para descobrir o que o amor exige em determinada situação?" Como nos protegemos de um ponto de vista distorcido sobre o amor? Fletcher ofereceu quatro perguntas a serem consideradas:

1. O *fim*: que resultado almejamos?
2. Os *meios*: como podemos conseguir este fim?
3. O *motivo*: por que isso é nosso alvo?
4. *As consequências*: o que previsivelmente pode acontecer?

Todas estas coisas precisam ser consideradas antes que uma decisão ética seja feita.

SITUAÇÕES ÉTICAS POSITIVAS E NEGATIVAS

Há alguns aspectos positivos deste sistema de ética situacional; alguns dos princípios envolvidos são elogiáveis. Primeiro, a ética situacional não é relativismo total. É uma ética normativa, um tipo de absolutismo. A limitação a um absoluto facilita a tomada de decisão e elimina certa paralisia da pessoa que está considerando muitos absolutos.

Um dos discernimentos mais importantes que a ética situacional nos oferece é que decisões éticas não acontecem em um vácuo. Elas são feitas em contextos muito reais e frequentemente dolorosos. Esses contextos têm de ser considerados. O alto valor colocado no amor e na dignidade das pessoas é também uma característica louvável desta posição.

No entanto, há algumas impropriedades nesta abordagem. Por trás do debate entre o cristianismo ortodoxo e o eticista situacional, está a questão da revelação normativa de Deus, na Escritura.

Fletcher simplificou demais as definições e as distinções de legalismo, antinomianismo e situacionismo.

O legalismo é uma distorção de absolutismo. Até Fletcher era um absolutista, embora não tivesse apenas um único absoluto, e todos os perigos legalistas do absolutismo estão presentes em seu sistema. Uma pessoa pode obedecer à lei do amor legalisticamente. Se esta lei estiver divorciada de seu contexto, o legalismo pode emergir facilmente.

Por que, quando alguém afirma mais do que um absoluto, a acusação de legalismo é levantada? Os situacionistas não têm sido simplistas e reducionistas em escolher arbitrariamente o amor como o único absoluto? Deus estabeleceu mais do que uma exigência absoluta para o homem. Não há nenhuma razão ou revelação que deveria levar alguém a isolar o amor como o único absoluto. Quando confrontados, estes homens apelam à Escritura e aos ensinos de Jesus e de Paulo. Todavia, eles são bastante seletivos em seu apelo à Escritura, caindo no dilema do eticamente arbitrário.

A deficiência mais grave no sistema de Fletcher é o problema de como determinamos o que o amor exige. Concordamos com o princípio de que uma pessoa deve fazer o que o amor exige. Entretanto, Fletcher teve problemas em determinar essas exigências. Certamente, a Bíblia nos ensina a fazer o que o amor ordena, e o conteúdo

do amor é definido pela revelação de Deus. Fazer o que o amor exige é o mesmo que dizer: "Faça o que Deus ordena". Se obedecêssemos as Escrituras como um livro de regras estéril, seríamos legalistas. Contudo, se vemos a Bíblia como sendo a revelação e daquele que é amor, temos de levar muito a sério o que o amor ordena.

Sabemos que somos caídos, somos propensos a erros, jamais podemos interpretar perfeitamente nossos motivos, somos limitados em prever as consequências e nunca podemos analisar extensivamente os fins e os meios. Portanto, quando nos deparamos com uma decisão ética, estamos numa situação precária *se* rejeitamos a Bíblia como revelação normativa. Deus não nos deixou sem orientação bíblica para tomarmos estas decisões.

Em Efésios 5.1-3, recebemos um imperativo como seguidores de Deus:

> Sede, pois, imitadores de Deus, como filhos amados; e andai em amor, como também Cristo nos amou e se entregou a si mesmo por nós, como oferta e sacrifício a Deus, em aroma suave. Mas a impudicícia e toda sorte de impurezas ou cobiça nem sequer se nomeiem entre vós, como convém a santos.

Nesta passagem, a ética bíblica está em conflito com o situacionismo. Ser um seguidor de Deus é um absoluto. Em nenhum ponto, em nenhuma situação, somos permitidos a deixar de lado o seguir a Deus. Devemos andar em amor, o tipo de amor incorporado no ministério sacrificial de Cristo. Nesta passagem, o amor é um absoluto – uma norma. Sua chamada absoluta não é deixada ao sabor da situação. O apóstolo acrescenta imediatamente uma aplicação absoluta envolvendo imoralidade sexual, impureza e cobiça. Ele disse: "*Nem sequer* se nomeiem entre vós". Paulo se enquadra na definição legalista de Fletcher ao fazer uma proibição universal. O apóstolo se enquadra no âmbito absoluto do "nunca".

O situacionismo anula a exortação de andar em amor. Ele tem de justificar certas situações em que a imoralidade sexual é não somente permitida, mas também preferida. Se o amor "a exige" em determinada situação, a imoralidade sexual tem de ser praticada. Quão perigosa é esta "diretriz", especialmente à luz do mais antigo estratagema de sedução do homem: "Se você me ama, você..."

É difícil concebermos situações concretas em que a idolatria seria uma virtude e a avareza, uma expressão de amor. Por esta razão, precisamos ouvir a admoestação conclusiva de Paulo: "Ninguém vos engane com palavras

vãs; porque, por essas coisas, vem a ira de Deus sobre os filhos da desobediência" (Ef 5.6).

ANTINOMIANISMO COM OUTRO NOME

O situacionismo torna relativos os preceitos de Deus, deixando-nos com o mandato de andarmos em amor a ser decifrado por nós mesmos, por meio de diretrizes do pragmatismo, relativismo, positivismo e personalismo. Neste ponto, o situacionismo se expõe como uma forma virulenta de antinomianismo disfarçado como uma opção legítima entre legalismo e antinomianismo. Não podemos esperar realisticamente que os legalistas chamem a si mesmos de legalistas ou que os antinomianos confessem sua culpa diante do mundo. Embora Fletcher protestasse em sentido contrário, os elementos essenciais do antinomianismo estavam presentes em seu pensamento.

O eticista cristão afirma que a Bíblia não somente requer que façamos o que o amor exige, mas também revela, às vezes com precisão, o que o amor exige. Nas Escrituras, temos instrução direta. Não somos deixados sem iluminação; temos os mandamentos divinos.

Considere alguns dos Dez Mandamentos sob o ponto de vista do situacionismo:

"Não terás outros deuses diante de mim", a menos que isso seja a coisa amável a fazer.

"Não farás para ti imagem de escultura", a menos que, com base nos fins, meios, motivos e consequências previsíveis, o fazer uma imagem de escultura satisfaça melhor ao amor.

Pense no dilema de Daniel (Dn 6). Ele poderia ter deixado de orar a Deus. Certamente, as pessoas precisavam da sua liderança. Que bem ele faria ao povo de Deus se fosse lançado na cova dos leões? Deveria ele ter traído o povo, deixando-os sem um agente da revelação de Deus, por causa de um simples princípio de oração? O fim que ele almejava era a sobrevivência. Seus meios eram a obediência ao rei. Seu motivo era servir ao povo de Deus. As consequências previsíveis eram que algumas pessoas poderiam ficar desapontadas, mas ele seria capaz de compensar isso por ser um líder e guia para eles. Portanto, Daniel poderia ter recebido a bênção de Deus por ter feito a coisa amável e ter deixado de orar a seu Deus.

Uma das características distintivas do verdadeiro povo de Deus não é legalismo e sim fidelidade, confiança e obediência a Deus. Obedecer à lei como expressão de

amor a Deus não é legalismo. Quando consideramos a obediência de Cristo a Deus e à lei, parece impossível não considerarmos o situacionismo como uma distorção herética grave da ética bíblica.

Na ética bíblica, há um princípio que raramente é visto nos escritos dos situacionistas. Eles não enfatizam, como o faz a Bíblia, que fazer o que o amor exige, o que Cristo exige, traz frequentemente sofrimento indizível. Significa suportar humilhação radical e considerar a própria vida como nada para a exaltação de Cristo. Pode significar gastar a vida apodrecendo numa cela, em um campo de concentração, em vez de transgredir o mandamento de Cristo.

A afirmação de Cristo sobre o amor é a nossa norma: "Se me amais, guardareis os meus mandamentos". A prova de nosso amor é obediência aos mandamentos de Cristo. A ética situacional estabelece uma falsa dicotomia entre amor e obediência. A ética situacional fracassa porque não leva o amor suficientemente a sério.

Voltamos nossa atenção, agora, para questões específicas de ética que se tornaram especialmente controversas em nosso tempo – questões de materialismo, pena capital, guerra e aborto.



A Ética do Materialismo

Hoje, materialismo é um assunto controverso na igreja. Vários grupos têm feito deste assunto uma questão de debate, falando de materialismo não em um sentido metafísico, mas em um sentido econômico: a cosmovisão que coloca o acúmulo de coisas materiais no âmago do interesse particular e coletivo. A busca por riqueza é vista como o bem mais elevado no materialismo.

No outro extremo do espectro, há uma visão chamada espiritualismo, ou melhor, idealismo, que admite que

somente os valores espirituais sejam dignos de serem buscados pelos homens.

As Escrituras rejeitam ambas as posições. Embora coisas materiais não sejam o bem mais elevado, elas não são intrinsecamente más. Não há lugar para o ascetismo ou o monasticismo radical na igreja, visto que estas posições negam o mundo e as coisas criadas. É importante reconhecer que, na antiga aliança e na nova aliança, muitas das promessas redentoras de Deus se relacionam à criação. São promessas de redenção do mundo físico. A promessa feita a Abraão e à sua descendência inclui, em seu âmago, a promessa da terra e a promessa de prosperidade.

O princípio de propriedade privada é crucial à discussão do materialismo. Muitos têm argumentado que algum tipo de viver comunitário ou distribuição igualitária de riqueza é a única norma cristã aceitável, baseados na suposição de que o conceito de propriedade privada é ilegítimo para o cristão. No entanto, o conceito de propriedade privada está ligado inseparavelmente à ordenança da criação que santifica o trabalho. Karl Marx fez algo de valor inestimável por mostrar que é impossível concebermos a história do homem sem considerarmos a imensa influência do seu trabalho e o fruto de seu trabalho em seu desenvolvimento. Isto não é um apoio ao marxismo, e

sim um reconhecimento do relacionamento crucial entre o homem e o seu trabalho. Quando o homem se envolve no trabalho, está se comportando como alguém feito à imagem de Deus.

A santidade do trabalho é estabelecida, primeiramente, pelo trabalho do próprio Deus na criação; e isso mostra que o trabalho é uma bênção e não uma maldição. A maldição que está vinculada ao trabalho, desde a queda, tem a ver com a qualidade do trabalho e a dificuldade do trabalho pelo qual produzimos frutos. Os espinhos e o suor são a maldição, e não o trabalho em si mesmo. O homem antes da Queda trabalhava tanto quanto o homem depois da Queda; e o labor produzia frutos, que o homem tinha o direito de desfrutar.

Desde a queda, não temos nenhuma indicação de que a propriedade privada (o fruto do trabalho de uma pessoa) é condenada ou proibida. Os primeiros atos litúrgicos observados no Antigo Testamento são as ofertas de Caim e de Abel (Gn 4.4-5). As ofertas eram legítimas porque cada homem deu do que realmente lhe pertencia. O sistema de ofertas do Antigo Testamento não faz sentido quando divorciado do sistema de propriedade privada. O direito de propriedade humana é algo que Deus designou como parte de nossa aliança de parceria com ele na criação. Embora

todo direito de propriedade humana seja responsável ao direito de propriedade divino, isto não invalida o conceito de propriedade privada.

Examinando o Decálogo (Êx 20.1-17), vemos que a propriedade privada é admitida em várias situações. A proibição de roubar pressupõe a propriedade privada, assim como o faz a proibição de cobiçar.

Podemos ter um entendimento melhor da relação entre trabalho e propriedade ao examinarmos o mandamento referente ao sábado. Uma das coisas que é frequentemente ignorada é que o mandamento se preocupa não somente com o sétimo dia em si mesmo, mas também com os outros seis dias: "Seis dias trabalharás" (Êx 20.9). O dia de descanso não faz sentido sem os seis de trabalho que o precedem.

A santidade do trabalho é a base para a propriedade privada. Tanto na velha como na nova aliança, a chamada ao trabalho é enfática, produzindo frutos como sua justa recompensa. Evitar o trabalho é considerado pecado. Paulo ordena o trabalho como uma norma ética. A ociosidade não tem lugar na ética do Novo Testamento. Em Tessalonicenses 3.12, Paulo diz que todo cristão deve ganhar "o seu próprio pão". Em 1 Timóteo 5.8, Paulo acrescenta que a falta de provisão na casa de uma cristão torna-o pior do que um incrédulo.

Duas conclusões importantes podem ser extraídas destas afirmações. Primeira, há o direito de propriedade privada como fruto do trabalho de uma pessoa. Segunda, há a responsabilidade de trabalho honesto e diligente. Visto que vivemos para a glória de Deus, temos a responsabilidade de realizar um dia honesto de trabalho. Nosso trabalho não deve ser feito meramente para a aquisição de riqueza, e sim para a glória de Deus.

A ESCRITURA PERMITE RIQUEZA?

Isto suscita o problema da riqueza, ou seja, o acúmulo de bens materiais além do nível de necessidade. A Escritura nos permite ganhar e conservar mais do que precisamos? Na verdade, sim. A posse de riqueza não é condenada em nenhuma passagem do Antigo ou do Novo Testamento. Os meios de obter riqueza são regulados com clareza. Exploração, fraude, desonestidade, opressão e poder político são, todos, condenados. Prosperidade e riqueza são vistos como um aspecto da providência de Deus. Esta é uma das razões por que a cobiça é uma questão séria. Quando eu cobiço, estou protestando contra a distribuição de riqueza por parte de Deus. Abraão foi, talvez, um dos homens mais ricos da antiguidade. Noé e Jó eram

ambos homens ricos. Deus nunca condena esta riqueza e torna legítimo o legar riqueza de geração a geração, por meio de herança. As bênçãos patriarcais, que transmitiam as bênçãos materiais, são partes da promessa messiânica redentora, incluindo a promessa da terra.

No Novo Testamento, encontramos homens ricos que são dignos de elogio. Note o cuidado do corpo de Jesus, depois da crucificação, por parte de José de Arimateia, que, obviamente, era um homem de bens.

O Novo Testamento afirma realmente que riquezas impõem tentações severas. A afirmação de Jesus sobre um camelo passar pelo fundo de uma agulha indica que um rico que deseja entrar no reino do céu se depara com um desafio árduo (Lc 18.25). No aspecto prático, a manutenção e a proteção de riquezas demandam tempo e energia concentrada. A parábola do rico insensato (Lc 12.13-21) ilustra os perigos da preocupação com riquezas. É fácil a pessoa rica confundir suas prioridades. Mas isso também é fácil para a pessoa pobre. Não são apenas os ricos que são suscetíveis ao canto sedutor do materialismo. O seu poder sedutor atravessa todas as fronteiras socioeconômicas.

O que podemos dizer sobre a responsabilidade do cristão para com os pobres? Isto atinge, sem dúvida, o

âmago da questão do materialismo. Obviamente, o suprimento de algumas das necessidades dos pobres é uma responsabilidade do cristão. No Antigo Testamento, algumas das necessidades dos pobres eram atendidas por leis que incluíam provisões para rebuscadores (cf. Lv 19.9-10). O Novo Testamento também lida com este assunto. A coleta de provisões realizada pelos cristãos gentios para socorrer Jerusalém atingida por fome foi um dos episódios mais notáveis e dramáticos no século I (Rm 15.25-27). Paulo elogiou tanto a igreja de Corinto como a de Filipos por sua generosidade. Quando meu irmão está em necessidade, eu devo tentar suprir essa necessidade.

QUEM SÃO OS POBRES?

"Os pobres, sempre os tendes convosco" (Jo 12.8). Esta afirmação de Jesus tem sido entendida por alguns como licença para negligenciarem os pobres, como se Jesus estivesse dizendo: "Bem, sempre temos pobreza em nosso meio; então, não se preocupem com isso". Jesus reconheceu a infelicidade permanente dos pobres, não para ignorá-la, e sim para chamar a comunidade cristã a exercer diligência constante em lidar com o problema.

Ao identificar os pobres descritos na Bíblia, podemos distinguir pelos menos quatro categorias principais de pessoas pobres. Em seguida, oferecemos uma breve descrição de cada grupo.

1. *Os pobres como resultado de preguiça.* A Bíblia fala sobre aqueles que são pobres porque são preguiçosos, recusam-se a trabalhar. Este grupo de indolentes recebe críticas severas de Deus e se coloca sob o seu juízo santo. Karl Barth alistou a preguiça como um dos pecados primários e fundamentais do homem, ao lado de orgulho e desonestidade. É aos preguiçosos que Deus exorta nestes termos: "Vai ter com a formiga, ó preguiçoso, considera os seus caminhos" (Pv 6.6), envergonhando os indolentes por dizer-lhes que olhem para os insetos a fim de obterem instrução. Era este grupo que, sem dúvida, Paulo tinha em mente quando disse: "Se alguém não quer trabalhar, também não coma" (2 Ts 3.10).

Visto que a Bíblia repreende o pobre que é preguiçoso, alguns têm chegado à conclusão de que indolência e pobreza são sinônimas. Alguns supõem que pobreza é sempre e em todo lugar um sinal de preguiça. Assim, eles concluem, os pobres podem ser corretamente evitados porque são deixados a sofrer "a justa penalidade pela pre-

guiça". Esse tipo de atitude reflete uma ignorância terrível ou uma desconsideração insensível das distinções que a Bíblia nos leva a fazer. Há outras razões para a pobreza.

2. *Os pobres como resultado de calamidade.* As Escrituras reconhecem que muitos são deixados na pobreza por causa da desolação de doenças e desastres. O homem que nasceu cego, a pessoa que ficou paralítica por causa de um acidente, o agricultor cuja colheita foi destruída por inundação ou seca – todos estes têm causa justa para seu estado de empobrecimento. Estas pessoas são vítimas de circunstâncias não causadas por elas mesmas. Para estes pobres, a Bíblia adota uma atitude de compaixão e bondade genuína. É responsabilidade do povo de Deus cuidar para que o sofrimento destas pessoas seja reparado. Elas devem ser um interesse prioritário da igreja. Elas são os famintos que devem ser alimentados, os nus que devem ser vestidos.

3. *Os pobres como resultado de exploração.* Estes pobres são oprimidos. São as massas que são frustradas diariamente por sua incapacidade de "vencer a instituição burocrática", são aqueles que vivenciam o triste slogan "Os ricos ficam mais ricos, os pobres ficam mais pobres". Este

grupo sofre indignidades quando vivem em sociedades em que as instituições políticas e sociais e, em especial, o sistema judiciário favorecem os ricos e os poderosos, deixando os pobres sem defesa. Essa era a condição de Israel no século VIII a.C., quando Deus protestou contra seu povo. A Palavra de Deus vinha por meio da censura dos profetas que exigiam justiça e retidão num tempo em que os pobres estavam sendo vendidos por um "par de sandálias". Esta era a condição de Israel quando esteve em escravidão ao Egito. Esse tipo de pobreza leva Deus mesmo a ouvir os clamores e gemidos de seu povo oprimido e dizer: "Deixe o meu povo sair!" Essa injustiça e discriminação deve sempre mover a igreja de Deus. Isto é o fundamento da igreja para a ação social legítima e necessária.

4. *Os pobres como resultado de sacrifício pessoal.* Estes pobres são designados pelo Novo Testamento como sendo pobres "por causa da justiça". Este grupo, cujo principal representante é o próprio Jesus, é constituído de pessoas que são pobres voluntariamente. A sua pobreza é resultado de uma decisão consciente de escolherem estilos de vida e vocações que resultam em pouco ou nenhuma remuneração. A esta classe de pobres são prometidas bênçãos especiais da parte de Deus. Eles são pobres porque

as prioridades de sua vida não podem se harmonizar com os padrões de valores da cultura em que vivem. Entre estes, incluem-se Jonathan Edwards, que escrevia em letras quase microscópicas para economizar papel, por causa de seu pequeno salário (custando, por fim, às igrejas e universidades centenas de milhares de dólares para recuperar e reconstruir os preciosos tesouros de seus escritos); Martinho Lutero, que abandou uma carreira lucrativa para vestir o hábito de monge; ou os homens de negócio modernos que rejeitam uma oportunidade inesperada de ganhar dinheiro porque têm escrúpulos quanto a elementos ocultos não éticos.

O que podemos aprender destas quatro designações? Em primeiro lugar, devemos ser advertidos a não enquadrarmos todos os pobres na mesma categoria. Temos de evitar a tendência de generalizarmos quanto à pobreza. Uma advertência igualmente insistente tem de ser proferida sobre o mesmo tipo de agrupamento injusto dos ricos. Seria calunioso afirmar que todos os ricos são corruptos, como se todas as riquezas fossem obtidas por meio de artifícios perversos ou exploração dos pobres. Nem todas as pessoas ricas são avarentas ou cruéis. Acusar os ricos indiscriminadamente seria condenar pessoas como Abraão, Jó, Davi e José de Arimateia.

Em segundo, temos de evitar uma teologia que enaltece a pobreza. Em toda a história da igreja, tem havido repetidos esforços para fazer da pobreza a pré-condição de entrada no reino de Deus. A pobreza tem sido vista como uma forma de obras de justiça pela qual os pobres têm entrada automática no céu. Isto coloca a justificação pela pobreza no lugar da justificação pela fé.

Em terceiro, devemos reconhecer que Deus se interessa profundamente pela pobreza humana e o sofrimento que a acompanha. Nosso dever é não sermos menos interessados do que o próprio Deus. Enquanto os pobres estão conosco, somos chamados a servir-lhes, não somente por meio de caridade, mas também por buscarmos e trabalharmos por reforma de estruturas políticas e sociais que escravizam, oprimem e exploram.

A RESPONSABILIDADE DE MORDOMO

O princípio básico concernente à riqueza é o princípio de mordomia, a verdade de que um homem é responsável pelo que faz com o que recebe. Ele não é chamado a desfazer-se de seu patrimônio; é chamado a dar à medida que o Senhor o faz prosperar. A característica do viver cristão não é comunismo, e sim caridade.

A palavra do Novo Testamento que significa mordomia é *oikonomia*. Desta palavra derivamos nossa palavra *economia*. A palavra grega é uma combinação de duas raízes gregas: *oikos*, que significa "casa", e *nomos*, que significa "lei". Literalmente, *economia* significa "governo da casa". Na antiguidade, o mordomo não era o dono da casa, e sim o seu administrador. Ele era responsável pelo cuidado e pela supervisão da casa. A economia bíblica reconhece a administração suprema de Deus sobre a terra e o dever do homem de administrar a terra de maneira responsável.

Economia não é uma ciência neutra, divorciada de considerações éticas. Economia envolve questões de mordomia, o uso de riqueza e decisões de valor públicas e privadas – todas as quais tocam em ética. Toda vez que fazemos um julgamento de valor ou tomamos uma decisão de usar bens materiais, fazemos uma decisão ética. O fato de que Deus se interessa pelo bem-estar material do mundo é inquestionável. O homem foi chamado a ser um mordomo da terra.

A ciência de economia se tornou tão complexa em nossos dias, que obscureceu alguns dos princípios primários que encontramos nas Escrituras. Embora a Bíblia não seja um livro-texto sobre economia, ela apresenta princípios básicos que dizem respeito ao empreendimento econô-

mico. Como já mencionamos, a Bíblia mostra com clareza o direito de propriedade privada. No entanto, além deste direito, também vemos uma preocupação com equidade, esforço e compaixão. Não é por acidente que quase todos os principais sistemas econômicos da cultura ocidental têm apelado, em um ponto ou outro, à Bíblia quanto a suas sanções. O capitalismo histórico tende a enfatizar os princípios de propriedade privada, equidade e esforço, enquanto negligencia, às vezes, a responsabilidade de compaixão. Por outro lado, formas de economias socialistas têm enfatizado compaixão, obscurecendo às vezes os direitos de propriedade privada e enfraquecendo a importância de esforço e equidade. O alvo final do socialista não é equidade, e sim igualdade. Ou seja, o socialista procura uma sociedade de transferência com o ideal de uma distribuição de riqueza igualitária e equilibrada. O alvo é nobre e virtuoso; deveríamos esperar que, em uma sociedade idealizada, cada membro teria participação igualitária na riqueza da sociedade. Entretanto, vivemos em um mundo caído, no qual a única maneira de podermos ter igualdade de bem-estar econômico é fecharmos os olhos para o princípio bíblico de equidade. Para atingirmos igualdade, teríamos de penalizar aqueles que ganham salários elevados por tomar seus bens e distribuí-los entre aqueles que

têm sido mordomos menos do que responsáveis ou cujas habilidades e serviços são menos valorizados, financeiramente, pelos outros. Este princípio infringe o princípio bíblico de justiça.

Se examinarmos os princípios mais elementares de economia, veremos um nexo de causalidade, uma fórmula que não deve ser violada, se temos de lidar com questões econômicas de nossos dias. A fórmula pode ser vista no seguinte diagrama:

BEM-ESTAR MATERIAL DO HOMEM
↓
PRODUÇÃO
↓
INSTRUMENTOS
↓
CAPITAL DE INVESTIMENTO
↓
LUCROS

Vemos que há uma relação de causalidade entre estes fatores. O ingrediente mais importante para o bem-estar material do homem é a produção. Se devemos alimentar os famintos, vestir os nus e dar abrigo aos sem-teto, te-

mos de ser capazes de produzir os bens necessários para atendermos a estas necessidades. A vida física do homem depende de produção. A menos que produzamos comida, passaremos fome. A menos que fabriquemos roupas, ficaremos nus. A menos que construamos casas, seremos pessoas desabrigadas. Deus se preocupa tanto com o corpo humano quanto com a alma humana. Por isso, a produção é uma preocupação ética vital para os cristãos.

Se seguirmos o nosso raciocínio de causalidade e perguntarmos qual é o ingrediente mais importante para a produção, responderemos "instrumentos". Marx foi astuto em seu entendimento da importância central de instrumentos para a capacidade de produção do homem. A razão por que um camponês em um país subdesenvolvido não pode produzir tanta comida quanto um fazendeiro no Oeste industrializado não é tanto o fato de que o corpo do fazendeiro do Oeste é mais vigoroso, e sim que ele tem à sua disposição máquinas que economizam trabalho e aumentam a produção. Mais do que qualquer outro fator, as máquinas têm sido responsáveis pela explosão da capacidade de produção do homem.

A próxima pergunta que fazemos é: qual é o ingrediente mais importante para a aquisição de instrumentos? A realidade não é que instrumentos não estejam disponí-

veis no mundo a serem usados por pessoas menos privilegiadas, e sim que elas não têm dinheiro para comprar os instrumentos de que precisam para aumentar sua produção. Dinheiro é imprescindível para a fabricação, compra e manutenção de instrumentos.

Onde se obtém dinheiro para comprar instrumentos? O capital necessário para isso é o que chamaríamos de capital excedente. Capital excedente é resultado de lucros. Portanto, lucro é o ingrediente mais importante e necessário para o capital comprar instrumentos, aumentar a produção e melhorar o bem-estar material de uma nação.

No entanto, a palavra "*lucro*" se tornou quase uma obscenidade no vocabulário do homem moderno, especialmente entre os cristãos. O que não levamos em conta frequentemente é o fato de que a obtenção de lucro não se restringe a grandes corporações industriais ou aos ricos magnatas da indústria. A obtenção de lucro está no âmago de toda transação econômica. O alvo e o propósito da transação econômica são sempre, em todo lugar, a obtenção de lucro. A princípio, esta afirmação pode parecer repugnante, mas tomemos um momento para examinar suas implicações.

Quando uma transação comercial acontece – quando um consumidor compra um par de sapatos – quem conse-

gue um lucro? A resposta frequente é que o vendedor de sapatos ou o dono da loja obtém o lucro. Entretanto, o sapateiro não pode obter lucro se, primeiramente, o consumidor não considerar lucrativo comprar os sapatos. A transação comercial acontece quando o consumidor valoriza os sapatos mais do que o dinheiro que tem de pagar por eles. Depois, a transação acontece. O consumidor troca seu dinheiro pelos sapatos do sapateiro. Este, por sua vez, pode trocar aquele dinheiro por outros bens que ele valoriza mais do que o dinheiro. Assim, em qualquer transação comercial, o alvo é lucro mútuo. Ambos os lados têm de lucrar ou a transação não acontece, a menos que a transação se torne necessária por causa de alguma forma de coerção externa. Este princípio se baseia no fato de que valores materiais são subjetivos, visto que nem todas as pessoas valorizam as coisas no mesmo grau.

Aquele que tem um excedente de sapatos, mas tem falta de alimento, estará disposto a fazer a troca com aquele que tem um excedente de alimento, mas precisa dos sapatos. Na transação, uma pessoa valoriza os sapatos mais do que o alimento, enquanto a outra valoriza o alimento mais do que os sapatos. Uma oportunidade de negócio existe, porque ambas as pessoas querem obter "lucro" do negócio.

Lucro é bom no sentido de que é necessário para toda a comunidade humana sobreviver em um relacionamento de dependência mútua. Ninguém é totalmente autossuficiente. Cada pessoa é dependente, em alguma medida, dos dons e talentos de produção de outra pessoa. O mercado é onde estes dons e talentos são trocados - um lugar de lucro mútuo, se a dimensão coerciva estiver ausente. É através do excedente de lucro que instrumentos podem ser comprados, a produção aumentada, e a riqueza geral de uma nação, fortalecida. Os cristãos devem lembrar isto para que não se tornem participantes de esquemas pelos quais o capital excedente é desviado para outros fins e redistribuído de uma maneira que destrói a capacidade de uma nação ou de uma comunidade de ser produtiva.

A proteção da propriedade privada é tão vital à ética bíblica, que temos proibições e sanções repetidas contra o roubar. Entretanto, roubar pode acontecer de inúmeras maneiras, algumas das quais muito sutis. Subtrair e levar os bens de outra pessoa é uma forma óbvia de roubar, mas roubar pode também ser realizado por meio de fraude, por não agir de acordo com os contratos, por usar pesos e medidas falsos ou mesmo por desvalorização intencional da moeda em uma sociedade. Todos estes meios recebem acusação severa de Deus. Uma das formas mais sutis de

roubo é aquela praticada por meio do sistema político. Quando pessoas usam o poder da urna de votação para aprovarem, para si próprias, subsídios procedentes dos cofres públicos, isso é uma forma sofisticada de roubo. Por exemplo, se pessoas vivem juntas numa cidade, e uma pessoa é mais rica do que outras duas, estas duas pessoas que são menos ricas podem conspirar para aprovar uma lei que obrigue a pessoa mais rica a distribuir seus bens com elas. Neste caso, o poder de força política é usado para despojar o homem rico de sua riqueza e distribui-la com as outras duas pessoas, que, em benefício de si mesmas, votaram em favor desta distribuição de riqueza. Os cristãos precisam ser sensíveis quanto ao modo como usam o poder do voto.



Capítulo Cinco

A Ética da Pena Capital e da Guerra

O assunto da pena capital tem sido tão sensível, que tem colocado cristão contra cristão, igreja contra igreja, conservadores contra conservadores e liberais contra liberais. O problema é complexo, tocando na questão mais profunda do valor, da dignidade e da santidade da vida humana.

Qualquer estudo da pena capital tem de começar com um entendimento da função primária do governo, conforme ordenada por Deus. Romanos 13.1-7 é o texto clássico que diz respeito à ordenação de Deus quanto ao

governo. O texto é a afirmação mais abrangente e enfática que as Escrituras nos dão em referência à noção de que o poder do governo está alicerçado na ordenação de Deus. É importante notarmos que, nesta passagem, o apóstolo não está falando sobre um estado teocrático, e sim um governo secular. O texto diz o seguinte:

> Todo homem esteja sujeito às autoridades superiores; porque não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas. De modo que, aquele que se opõe à autoridade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos condenação. Porque os magistrados não são para temor, quando se faz o bem, e sim quando se faz o mal. Queres tu não temer a autoridade? Faze o bem e terás louvor dela, visto que a autoridade é ministro de Deus para teu bem. Entretanto, se fizeres o mal, teme; porque não é sem motivo que ela traz a espada; pois é ministro de Deus, vingador, para castigar o que pratica o mal. É necessário que lhe estejais sujeitos, não somente por causa do temor da punição, mas também por dever de consciência. Por esse motivo, também pagais tributos, porque são ministros de Deus, atendendo, constantemente, a este serviço. Pagai a todos o que lhes é devido: a quem

> tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem respeito, respeito; a quem honra, honra.

As autoridades de governo são entendidas como havendo sido ordenadas por Deus. Ele não nos dá permissão para obedecer somente àquelas autoridades que consideramos legítimas. Esta é uma questão *de fato*, e não *de juro*. Certamente, Deus não apoia tudo que os magistrados civis fazem, mas lhes dá realmente certos direitos e exige nossa obediência para com eles. Nenhum governo domina de maneira autônoma. Todas as autoridades civis têm de responder e, por fim, responderão a Deus. Temos a responsabilidade de obedecer até governos corruptos, exceto sob certas condições. A obediência é exigida repetidas vezes pela Palavra de Deus. O princípio que governa o nosso direito e responsabilidade de desobedecer à autoridade civil é este: temos de obedecer àqueles que estão em autoridade sobre nós, a menos que nos mandem fazer o que Deus proíbe ou nos proíbam de fazer o que Deus manda.

De acordo com a Bíblia, Deus outorgou dois direitos básicos aos governos: o direito de arrecadar impostos e o direito de coerção para manter a ordem e a justiça (o poder da espada).

O governo se tornou necessário e legítimo por causa da queda do homem. O Estado foi ordenado para ser um ministro de Deus, para cumprir o propósito primário de restringir o mal. A primeira ocorrência de governo na Bíblia se acha em seus capítulos iniciais, quando ela descreve Adão e Eva sendo expulsos do jardim do Éden e consignados a viver ao oriente do Éden. A entrada para o jardim foi obstruída pela presença de um anjo com uma espada flamejante. Nisto, vemos a designação de um agente ministrador, ou seja, o anjo que foi equipado por Deus, com um instrumento de restrição, e recebeu o poder de coerção, simbolizado pela espada flamejante.

O dever principal do governo é impor leis que se destinem a restringir o mal. Agostinho disse: "O pecado é a mãe de toda servidão e a primeira causa de sujeição do homem ao homem". Agostinho argumentou que o governo é um mal necessário, de fato, um mal necessário por causa da presença do mal no coração do homem. É pelo fato de que os homens são inclinados a prejudicar uns aos outros que o governo é estabelecido, para confrontar os fortes e perversos que exploram e oprimem os fracos e os inocentes. O governo é necessário porque os homens não vivem para a glória de Deus, amando-o com todo o seu coração, e ao seu próximo, como a si mesmos. A única alternativa ao

governo é a anarquia, em que cada pessoa vive para si mesma. Portanto, Deus instituiu o governo como um ato de sua graça, para proteger dos ímpios os fracos e os justos. A autoridade do Estado não é uma autoridade intrínseca, e sim uma autoridade derivada da autoridade de Deus.

O PODER DA ESPADA

A questão da pena capital surge quando examinamos o direito do Estado de usar a espada. Em primeira instância, a espada é vista como um instrumento de coerção. Certa vez tive uma conversa com um senador dos Estados Unidos que me disse: "Nenhum governo tem o direito do coagir seus súditos a fazer qualquer coisa". Fiquei chocado com a afirmação do senador e repliquei: "Senador, o senhor acabou de dizer que nenhum governo tem o direito de governar". O poder de coerção é a essência do governo. Talvez a definição mais simples que podemos achar para governo é a palavra *força*. No sentido real, governo é força. Se tirarmos do governo o direito de coagir, nós lhe tiramos o direito de governar e o deixamos com a autoridade impotente de governar por sugestão. O poder da espada é a arma do governo que chamamos de força da lei, sem a qual a lei representa apenas uma lista de sugestões. Deus não deu a espada ao

magistrado civil como um meio de intimidação apenas por ameaça. Nas categorias bíblicas, "o poder da espada" é uma expressão idiomática para indicar o poder de matar.

Nesta altura, o assunto da pena capital se torna notório. Na Bíblia, lemos pela primeira vez sobre a instituição da pena capital na narrativa da criação. No jardim do Éden, houve apenas uma restrição, uma proibição dada ao homem. A punição clara pela desobediência deste mandamento era a morte imediata. "No dia em que dela (da árvore) comeres, certamente morrerás" (Gn 2.). É importante notar que, quando o homem pecou, Deus não aplicou toda a medida da punição pela desobediência. Na verdade, a pena capital veio sobre a raça, mas foi postergada em sua implementação. Originalmente, todo pecado foi considerado uma ofensa capital. A pena capital foi o juízo de Deus para qualquer e todo pecado. No entanto, Deus reservou o direito de substituir a justiça por misericórdia, de acordo com suas próprias prerrogativas. Visto que Deus não executa essa punição de maneira consistente e imediata – exceto em ocasiões raras, como no caso de Nadabe e Abiú (Lv 10.1-3), Uzá (2 Sm 6.1-8), Ananias e Safira (At 5.1-11) – o mundo tende a supor que a misericórdia sempre lhe será manifestada. Em alguns círculos, a pena capital é considerada cruel e uma punição incomum para qualquer crime.

Na antiga aliança, Deus reduziu a número de ofensas capitais e limitou a penalidade a aproximadamente 35 cinco crimes específicos. O Novo Testamento exibe uma dispensação ainda mais graciosa, com uma redução maior de ofensas capitais.

Antes da instituição da lei no Sinai, temos uma afirmação ainda mais importante, achada na aliança que Deus fez com Noé. Neste caso, vemos uma aliança que renova as ordenanças da criação, uma renovação da norma de Deus para o homem como homem. Há um sentido em que as leis desta aliança de criação são de significado muito mais amplo do que a própria legislação que achamos em Israel ou no Novo Testamento. Na aliança com Noé, Deus propõe legislação para o homem como homem, não para o homem como judeu ou para o homem como cristão. O homem *como* homem é o único que recebe as estipulações da aliança da criação. Portanto, é significativo que a pena capital por assassinato é integrada à criação, e podemos supor que ela está em vigor enquanto a criação estiver em corrupção. A renovação da legislação se acha em Gênesis 9.6: "Se alguém derramar o sangue do homem, pelo homem se derramará o seu; porque Deus fez o homem segundo à sua imagem". Esse texto é um mandamento, e não uma predição. A sanção é clara. Se uma

pessoa mata outra pessoa, Deus exige que o assassino seja morto por mãos humanas.

É irônico que ambos os lados na disputa sobre a pena capital tendem a basear seus argumentos no princípio de santidade da vida. O humanista argumenta que a vida humana é tão valiosa que nunca somos justificados em tirar a vida de outra pessoa. De uma perspectiva bíblica, a opinião humanista reflete, de fato, uma opinião da santidade da vida inferior à opinião que achamos em Gênesis 9.6. Do ponto de vista do século XXI, tendemos a considerar a sociedade do Antigo Testamento como selvagem e cruel, esquecendo que o Antigo Testamento manifestava enormes reduções das ofensas capitais. Como já observamos, o Novo Testamento trouxe uma postura muito mais graciosa, não porque Deus mudou sua maneira de pensar e percebeu que sua política anterior era muito cruel e severa, mas, em parte, porque a responsabilidade pela execução da justiça no Novo Testamento se moveu das mãos do estado teocrático para as mãos do estado secular.

A questão de como muitos crimes são considerados "capitais" no Novo Testamento está aberta a debates extensos. O único crime de que podemos estar certos de que é uma ofensa capital é o assassinato em primeiro grau. No Decálogo do Antigo Testamento, há uma proibição clara

contra o assassinato. A pena capital era a punição por transgredir a proibição "Não matarás", nos Dez Mandamentos. No entanto, a legislação mais ampla do Monte Sinai incluía várias distinções com respeito aos graus de assassinato. O estabelecimento das cidades de refúgio, por exemplo, lidava com o problema do homicídio involuntário.

É irônico que muitos têm apelado aos Dez Mandamentos como base para rejeitar a pena capital, entendendo a proibição "Não matarás" como um mandato universal. Isso resulta de uma leitura superficial da legislação dada no Sinai e de uma falha de observar que, dentro do contexto da aliança do Sinai, a penalidade por violar esse mandamento era a morte. O código de santidade de Israel exigia claramente a penalidade de morte no caso de assassinato de outro ser humano. A razão dada para a santidade especial da vida humana era que o homem fora criado à imagem de Deus. Deus se preocupa em preservar a obra de sua criação, e uma de suas prioridades é a preservação da vida do homem. Há um senso em que a prática do assassinato é considerada por Deus como um ataque indireto contra ele. Assim como um ataque a um embaixador de um rei é visto como uma afronta ao rei, assim também o ato de assassinato é um ataque contra a própria vida de Deus, porque esse ato profana alguém feito à imagem de Deus.

É importante entendermos que o poder sobre a vida não é anulado na nova aliança, mas é mencionado novamente em Romanos como uma prerrogativa do Estado. Portanto, as Escrituras afirmam uniformemente a conveniência da pena capital no caso de assassinato.

Quando aplicamos o princípio da pena capital a determinada sociedade ou a determinada cultura, temos de ser cuidadosos para não nos precipitarmos na questão sem considerar outras ramificações do ensino bíblico. Embora a punição capital tenha sido imposta no Antigo Testamento, ela era cercada por outros princípios muito importantes no processo de justiça. No Antigo Testamento, a justiça era verdadeiramente imparcial sob a vigência da lei. Os ricos não deveriam receber nenhum privilégio quando estivessem no tribunal de justiça. Esse ideal existe em nossa sociedade, mas, em um nível prático, há muitas circunstâncias em que a Senhora Justiça dá uma espiada ou tira sua venda totalmente, para notar os ricos e os poderosos que são seus requerentes. Na antiga aliança, ninguém podia ser declarado culpado de uma ofensa capital com base em evidência circunstancial. Duas ou três testemunhas oculares eram exigidas, e o testemunho delas tinha de ser idêntico. Se as testemunhas oculares que haviam testemunhado em um julgamento de pena capital fossem achadas

culpadas de perjuro, a penalidade por darem o falso testemunho era a morte. Não há dúvida de que precisamos de reformas para proteger-nos contra injustiças de aplicação da pena capital em nossa cultura moderna, mas, quando nos opomos à pena capital, estamos, em princípio, nos opondo a uma sanção ordenada por Deus mesmo.

A ÉTICA DA GUERRA

A questão do envolvimento do cristão na guerra é uma extensão da questão mais elementar da pena capital. Em certo sentido, a guerra é a pena capital em grande escala. Envolve o uso amplo do poder da espada por parte do magistrado civil. Basicamente, as posições fundamentais tomadas em referência à guerra, na história cristã, têm sido três:

1. Ativismo
2. Pacifismo
3. Seletivismo

Ativismo é uma abordagem simplista que vê todas as guerras como permissíveis. Ela reflete a posição de que os súditos do Estado devem prestar obediência total ao

magistrado civil, independentemente da situação. Essa posição reflete o slogan "Meu país, certo ou errado". Esta é uma abordagem não criteriosa, que tem pouco a ver com a ética bíblica.

O pacifismo diz, por outro lado, que todas as guerras são erradas e que o envolvimento de todas as pessoas na guerra é errado. A opinião pacifista restringe os cristãos de participarem em qualquer tipo de guerra.

A terceira posição, o seletivismo, mantém que o envolvimento em algumas guerras pode ser justificável. Foi no contexto de seletivismo que surgiu a teoria de guerra justa na história cristã.

Um argumento sofisticado dos pacifistas que são cristãos se baseia no mandato ético que Cristo deu ao seu povo, pelo qual ele proibiu os cristãos do uso retaliatório de violência e proferiu uma proibição clara contra o edificar o seu reino com a espada. O pacifista transfere estas proibições da esfera da igreja para a esfera do governo. Não somente o cidadão privado ou a autoridade eclesiástica são proibidos de usar a espada, mas também o Estado. Alguns dividem a questão por admitirem que o Estado tem o poder da espada, mas que os cristãos não devem participar das funções do Estado. A pergunta que surge imediatamente é esta: em que base um cristão deveria se

recusar a obedecer a um magistrado civil que o convoca a fazer algo que a Bíblia não lhe proíbe? Se Deus ordena o Estado a portar a espada, e o Estado recruta o cristão para ajudar nessa tarefa, em que base moral o cristão poderia se recusar a concordar?

O teólogo suíço Emil Brunner comentou: "Negar com base ética o direito elementar de o Estado defender a si mesmo pela guerra significa apenas negar a existência do próprio Estado. O pacifismo de natureza absoluta é anarquia prática". Helmut Thielicke acrescentou seu julgamento de que o pacifismo é uma evasiva moral. Ele traçou o paralelo entre o pacifismo e uma situação em que o cristão testemunha um assassinato e permite que este aconteça sem interferência. Thielicke argumenta que é nossa responsabilidade não somente ministrar a um homem que foi atacado por assaltantes, como o homem que descia para Jericó, mas também amar nosso próximo por impedir o crime.

O seletivismo sustenta que o envolvimento em uma guerra pode ou não ser errado. As circunstâncias e situações específicas têm de ser avaliadas em cada ocasião para se discernir que lado tem uma causa justa a defender. De acordo com a visão seletivista, a vítima de um ato evidente de agressão teria o direito de autodefesa.



A Ética do Aborto

Aborto é uma questão monumental que acende debates acirrados. Divisões no Estado e na igreja são muitas, e grandes denominações cristãs têm assumido uma posição ou outra da questão. Os fogos da controvérsia não mostram sinais de diminuição.

Ao lidarmos com este assunto, três perguntas principais têm de ser respondidas:

1. O que é aborto?

2. O aborto é certo ou é errado? Ou talvez não tenha implicação moral?

3. A igreja tem o direito de advogar legislação civil sobre este assunto? Alguns grupos de igrejas têm advogado um "caminho intermediário" sob a categoria de "pró-escolha", argumentando que isto deve ser uma questão de consciência, e não de legislação civil, e que é errado o Estado proibir o aborto.

AS BASES BÍBLICAS PARA A DISCUSSÃO

Nenhum ensino do Antigo e do Novo Testamento condena ou desculpa explicitamente o aborto. Exegeticamente, o debate tem sido travado em bases implícitas. A passagem do Antigo Testamento que tem recebido a maior atenção concernente a este assunto é Êxodo 21.22-24:

> Se homens brigarem, e ferirem mulher grávida, e forem causa de que aborte, porem sem maior dano, aquele que feriu será obrigado a indenizar segundo o que lhe exigir o marido da mulher; e pagará como os juízes lhe determinarem. Mas, se houver dano grave, então, darás vida por vida, olho por olho, dente por dente, mão por mão, pé por pé.

Há uma ambiguidade intrínseca neste texto, que causa diferentes interpretações de seu significado e aplicação

exatos. A família teológica está dividida entre as posições "máxima" e "mínima". O problema se centraliza nas palavras "sem maior dano". A que tipo de "dano" este versículo se refere? Este problema está ligado a outro, ou seja, o que significa "causa de que aborte"? O texto está se referindo a um incidente em que a mulher, sendo agredida por homens que brigam, é induzida a um nascimento prematuro da criança que produz angústia e inconveniência que a lei procura compensar, ainda que a criança viva e cresça? Ou esta passagem está falando de um caso em que o nascimento prematuro induzido resulta num feto natimorto, e outras considerações entram em cena somente se a mãe sofre complicações adicionais e morre?

C. F. Keil, erudito em Antigo Testamento, adota a visão máxima, argumentando que a expressão "sem maior dano" se refere tanto à mãe como à criança. A ideia é que, se o bebê prematuro sobrevive, a compensação é limitada aos danos pagos pela inconveniência e pela angústia mental sofrida pela mãe, como pleiteada pelo marido e confirmada pelo juiz. Mas, se a criança sofre danos ou morre, a plena medida do *lex talonis* (olho por olho) deve ser aplicada. Neste respeito, o feto natimorto é tão elevadamente valorizado pela Escritura, que o princípio vida por vida é aplicado, e causar não intencionalmente o aborto, em

meio a um ato violento não relacionado à mulher, assegura a pena de morte. Se esta interpretação é correta, temos evidência decisiva de que a Escritura considera o feto não nascido como "vida" no sentido legal pleno.

A visão mínima do texto argumenta que a expressão "sem maior dano" se refere exclusivamente à mãe. Neste esquema, o aborto do feto não invocaria o *lex talonis*, nem seria considerado legalmente assassinato ou perda de vida. Somente se complicações posteriores afetassem a mãe, a equação "vida por vida, olho por olho" poderia ser aplicada. Então, a inferência seria que a Escritura não considera o feto como "vida". O feto seria protegido pela lei, e seu *valor* seria determinado por meio de uma ação judicial. Alguns ampliam esta posição por argumentar que, embora indenizações legais possam ser impostas, elas são iniciadas pelas reivindicações do marido. A suposição implícita é que o "valor" do feto é determinado em algum grau pelos valores subjetivos vinculados aos pais. Neste "caso", as Escrituras lidam com um aborto ou fracasso de gestação imposto de fora, à parte do desígnio dos pais, que desejavam a gravidez chegasse à plenitude. Assim, a passagem é entendida como sem importância para a questão do aborto intencional realizado de acordo com a vontade e desígnio dos pais. A visão mínima protege os pais e não o feto.

As diferenças entre estas interpretações abrangem o âmbito do debate contemporâneo. Embora eu seja convicto da interpretação máxima, tenho de admitir o problema e o caráter ambíguo do texto.

No Novo Testamento, a palavra *aborto* é usada somente em um sentido figurado. Uma passagem citada frequentemente para apoiar a posição antiaborto é Lucas 1.39-42, em que Maria visitou Isabel e o bebê João Batista, ainda não nascido, "estremeceu no ventre" de Isabel. Outras passagens bíblicas falam de pessoas sendo concebidas em pecado e conhecidas por Deus no ventre. A questão é se estas alusões devem ser tomadas como hipérbole ou poesia religiosa. Contudo, estas passagens indicam claramente que Deus está envolvido na história do homem, mesmo anterior ao seu nascimento.

QUANDO A VIDA COMEÇA?

A pergunta a respeito de quando a vida começa tem sido crucial à discussão sobre o aborto. Pontos diferentes no *continuum* concepção-nascimento têm sido apresentados, com o problema adicional de diferentes definições médicas da própria "vida".

Alguns sustentam que o feto se torna uma pessoa no momento do nascimento. Há boas razões para este argumento. O nascimento é uma linha bastante clara de demarcação, indicando um novo status, um novo momento de existência independente, com um começo individual, marcado pelo corte do cordão umbilical.

Outra opinião aponta para o momento em que o bebê "começa a mexer-se"; outra, para o tempo em que o sistema circulatório está totalmente desenvolvido. Outros dizem que o princípio de vida no Antigo Testamento é o "fôlego" de vida no homem. Portanto, a vida está presente quando os pulmões se desenvolvem, e o feto pode respirar por si mesmo.

O momento da concepção tem sido visto por muitos grupos como o começo da vida, porque toda a potencialidade de personalidade está presente ali. Davi e outros falaram de sua concepção à parte de sua história pessoal.

O que pensamos ser o feto determina o valor que lhe atribuímos. Há aqueles que dizem que o embrião (o termo usado comumente para se referir ao produto da concepção durante suas primeiras doze semanas) é nada mais do que uma bolha de protoplasma. Outros argumentam que ele é apenas uma forma altamente especializada de parasita. Já foi comparado a um câncer, o crescimento de tecido

alheio à mãe, que o corpo procura rejeitar. Se a mãe não o rejeita, ele lhe será fatal.

Estes são termos emotivos que obscurecem grandemente o assunto e representam uma abordagem irresponsável da questão. Referir-se a um embrião como uma "bolha de protoplasma" é ser culpado de uma forma severa de reducionismo. O termo *parasita* é igualmente inexato, visto que parasitas têm um ciclo de vida independente que inclui reprodução. Quanto à analogia de câncer, um câncer deixado ao desenvolvimento natural destrói a vida. Um embrião deixado ao desenvolvimento natural produz vida – uma diferença que não pode ser ignorada.

O interesse crucial aqui é que podemos dizer, com certeza, que em qualquer estágio de desenvolvimento o feto é uma vida em potencial, um ser humano potencial, com alto nível de probabilidade de se tornar um ser humano, se deixado ao curso normal de seu desenvolvimento. Com isto em mente, examinemos a essência do debate: qual é a relação do aborto com a proibição bíblica contra assassinato? A Bíblia tem realmente algo a dizer sobre a destruição de uma vida *potencial*?

No Antigo Testamento, há cinco distinções na aplicação ampla da proibição de matar, do Decálogo, incluindo distinções para homicídio e assassinato involuntário.

No Novo Testamento, temos uma aplicação e interpretação categórica desta proibição.

"Não matarás" não é uma proibição universal contra o tirar a vida humana em qualquer contexto; é, porém, mais amplo em seu escopo do que simples assassinato de primeiro grau. O entendimento de Jesus sobre este mandamento incluiu uma proibição contra o ódio. O ódio é entendido como assassinato de coração. Em essência, Jesus disse que a lei proíbe implicitamente o *assassinato potencial*. Deixado sem repressão, o ódio resulta em assassínio. Jesus disse que a lei proíbe *a potencial destruição da vida*. Isto não é o mesmo que proibir a *efetiva destruição da vida potencial*. Entretanto, essas duas coisas são quase idênticas, tão semelhantes que suscitam questões sérias a respeito do aborto. Em termos da santidade da vida, potencialidade foi um elemento que Jesus reconheceu claramente.

Se considerarmos com seriedade o espírito da lei, temos de prestar atenção às implicações (entendimento implícito) de um mandamento específico. Isto significa que o contrário de uma proibição tem de ser afirmado. A proibição contra a destruição desenfreada da vida é uma ordem implícita para promovermos a santidade e a pro-

teção da vida. A santidade da vida é a base suprema para a proibição de assassinato. A pergunta é: a santidade da vida inclui preocupação com a vida potencial? Não podemos provar categoricamente que a santidade da vida inclui tal preocupação. Todavia, à luz do profundo interesse das Escrituras em preservar e proteger a vida, a necessidade de tal prova se impõe sobre aqueles que desejam destruir a vida potencial.

ARGUMENTOS EM APOIO AO ABORTO

Talvez o argumento mais vigoroso em favor de leis liberais de aborto seja o direito da mãe. Alguns grupos têm rechaçado isso com a questão do direito do não nascido. Mas a raiz do problema é muito mais profunda. Biblicamente, a questão é entre o conceito do direito da mulher e a responsabilidade da mulher. A mulher tem o direito de interromper uma lei natural? Ela é responsável pelas consequências naturais de seus atos voluntários? Relacionado a este debate, está o fato de que não temos direitos plenos sobre nosso próprio corpo, na esfera de criação. Automutilação é proibida no Antigo Testamento. Se mutilação antes da concepção é errada, o que diremos sobre a mutilação depois da concepção?

Outro argumento usado para apoiar o aborto legalizado é o argumento de utilidade, que opta pelo menor de dois males. O argumento é que, sob as restrições presentes, os únicos abortos que estão disponíveis (à parte dos abortos terapêuticos) são aqueles obtidos ilegalmente, que com frequência são perigosos. Para proteger as pessoas de suas ações insensatas, a sabedoria ditaria a legalização do aborto. Este argumento é irrelevante à questão de o aborto ser certo ou não. Cometer um crime é também algo perigoso, mas o perigo não é justificativa para a legalização de roubo a banco.

O assunto de abortos terapêuticos tem de ser abordado separadamente. Em geral, esses abortos são usados em duas situações: onde há perigo claro e presente para a vida e a saúde física da mãe e onde há preocupação com o bem-estar psicológico da mãe, especialmente no caso em que a mãe foi vítima de estupro. Na primeira instância, há dois pontos básicos. Alguns argumentam que no caso de perigo para a vida da mãe, é melhor destruir o feto para salvar a mãe. A vida atual é mais valiosa do que a vida potencial. Outros dizem que o feto deve ser salvo, baseando sua afirmação na questão de certeza versus probabilidade. Suponha que a morte da mãe é 99% provável, se é dada à criança o

direito de nascer. Se há um aborto, isso significa 100% de certeza de morte para o feto. Se há uma chance em 100 para ambos sobreviverem, este grupo sustenta que a chance deve ser usada.

A questão final é a que diz respeito à igreja e ao Estado. Muitos cristãos têm adotado a posição de que as coisas que o Estado legisla não são assunto da igreja, porque ela não deve legislar moralidade. No entanto, o Estado tem *realmente* a responsabilidade de legislar moralidade. Leis de trânsito lidam com a questão moral de como uma pessoa dirige seu carro. A justiça é uma questão moral; as leis são uma tentativa de promover a justiça. A essência da legislação é a moralidade. A igreja tem a responsabilidade de falar aos legisladores. A função primária do Estado é a preservação da sociedade e a preservação da vida. Quando o Estado se envolve em legislação que não respeita e não promove a santidade da vida, a igreja tem de levantar a sua voz. Embora reconheçamos a separação entre igreja e Estado, não podemos reconhecer a autonomia do Estado diante de Deus. O Estado é também um servo de Deus. Se há qualquer legislação sobre a qual a igreja tem responsabilidade de falar, tal legislação é a do aborto, visto que o âmago da questão é a santidade da vida.

AVALIANDO A TERCEIRA OPÇÃO

O debate dentro da igreja tende a focalizar-se no *tertium quid*, a terceira opção, conhecida como a posição "pró-escolha", uma posição que tem crescido constantemente em popularidade.

Está surgindo evidência de que a estratégia dos defensores do aborto, liderados pela *Paternidade Planejada*, é a mais antiga estratégia de todas: "dividir para conquistar". Grupos de protestantes têm sido solicitados a somarem-se à causa do aborto com base no fato de que os direitos humanos estão sendo violados pela tirania opressiva da Igreja Católica Romana. Desejosos de posicionarem-se contra a tirania e a favor dos direitos humanos, inúmeros clérigos e denominações protestantes têm endossado a posição intermediária entre os polos pró-vida e pró-aborto. A *via media*, ou o caminho moderado, tem sido definido como a posição pró-escolha.

Duas pergunta vitais têm de ser encaradas por aqueles que lutam com a principal questão moral de nossos dias. A primeira pergunta é: qual é a diferença prática entre as posições pró-aborto e pró-escolha? Em termos de legislação, um voto em favor da posição pró-escolha é um voto em favor do aborto, o que os

defensores do aborto entendem claramente. Ninguém sabe os números exatos, mas é óbvio das pesquisas de opinião pública que um enorme grupo de votantes, se não uma pluralidade deles, favorece a posição intermediária. Certamente, é a posição intermediária que tem feito oscilar a balança do poder legislativo e o peso da opinião pública para o lado dos que são a favor do aborto. Ouvimos repetidas vezes: "Eu não escolheria fazer um aborto, mas acho que toda mulher tem o direito de fazer essa escolha por si mesma".

Nesta afirmação, o foco é o conceito de um "direito" humano. Diz-se que a mãe tem o direito sobre seu próprio corpo para gerar a criança ou livrar-se do feto. (A questão central não diz respeito às vítimas de estupro ou mães que estão em perigo por causa do parto; a questão diante de nós é aborto por causa de conveniência.) Isto nos leva à segunda pergunta: o que constitui um direito moral e de onde vêm os direitos morais?

Como cristãos, reconhecemos, eu espero, que há uma diferença profunda entre um direito moral e um direito legal. Idealmente, os direitos legais refletem os direitos morais, mas isso não é o que sempre acontece. Como alguém estabelece o direito moral para escolher o aborto? Com base na lei ou com base na natureza? Ou com base

na lei de Deus? A lei natural abomina o aborto, e a lei de Deus o condena implicitamente.

A base real do direito para escolher o aborto é o querer. A suposição implícita na posição pró-aborto é que eu sou livre para escolher o que eu quiser – uma suposição repugnante tanto a Deus como à natureza. Eu nunca tenho o direito moral de fazer o mal. Posso ter o direito civil e legal de pecar, mas nunca tenho o direito moral. Os únicos direitos morais que eu tenho são os de fazer o que é justo.

A questão não é mais complexa? Ela não está ligada à questão maior da amplitude da intromissão do governo em nossa vida particular? Com certeza, ela está. Conheço poucos, além de mim mesmo, que são defensores vigorosos de governo limitado. Detesto as ramificações proliferativas do governo que exercem pressão sobre nossa vida. No entanto, conforme o ensino bíblico, o propósito primário do governo é restringir a humanidade a fim de promover, preservar e proteger a santidade da vida. Esta é a própria *raison d'être* do governo humano.

Se o aborto sob demanda é mal, ninguém tem o direito moral de escolhê-lo. Se for uma ofensa contra a vida, o governo não deve permiti-lo. O momento está sendo dominado por aqueles que adotam a posição intermediária e não encaram as implicações éticas desta posição. Esta

é a evasiva moral de nossos dias – a vergonha de nossas igrejas e de seus líderes. Ser pró-escolha é ser pró-aborto. Fique muito certo disso e abandone a embaraçosa posição intermediária.



A Ética e A Consciência

A função da consciência em tomarmos decisões éticas tende a complicar as coisas para nós. Os mandamentos de Deus são eternos, mas, para obedecer-lhes, temos primeiramente de nos apropriar deles interiormente. O "órgão" dessa interiorização tem sido chamado classicamente de *a consciência*. Alguns descrevem esta voz interior nebulosa como a voz de Deus em nosso íntimo. Dentro da consciência, em um recesso secreto, está a personalidade, tão escondida que, às vezes, ela funciona sem estarmos imediatamente conscientes

dela. Quando Sigmund Freud trouxe a hipnose ao lugar de inquirição científica respeitável, os homens começaram a explorar o subconsciente e a examinar os recessos íntimos da personalidade. Deparar-se com a consciência pode ser uma experiência impressionante. A descoberta da voz interior pode ser como "olhar para o próprio inferno", como disse um psiquiatra.

No entanto, somos tendentes a pensar na consciência como uma coisa celestial, um ponto de contato com Deus, e não um órgão infernal. Pensamos no personagem de desenho animado que está diante de uma decisão ética, enquanto um anjo está sentado num dos ombros, e um demônio, no outro, brincando de cabo de guerra com a cabeça do pobre homem. A consciência pode ser a voz do céu ou do inferno; ela pode mentir, bem como impelir-nos à verdade. Pode falar de ambos os lados de sua boca, tendo a capacidade tanto de *acusar* como de *desculpar*.

No filme Pinóquio, Walt Disney nos apresentou a canção "Tente um Assobio", que nos instava: "Sempre deixe a sua consciência ser o seu guia". Isto é, no melhor, "teologia do Grilo Falante". Quanto ao cristão, a consciência não é a corte de apelação suprema quanto à conduta correta. A consciência é importante, mas não é normativa.

Ela é capaz de distorção e de má orientação. É mencionada cerce de 31 vezes no Novo Testamento, com indicação abundante de sua capacidade de mudança. A consciência pode ser cauterizada e corrompida, tornando-se insensível por causa do pecado repetido. Jeremias descreveu Israel como um povo que tinha "a fronte de prostituta" e não queria "ter vergonha" (Jr 3.3). Por causa de transgressões repetidas, Israel tinha, como uma prostituta, perdido a capacidade de envergonhar-se. Com uma cerviz endurecida e um coração empedernido, veio a consciência cauterizada. O sociopata pode matar sem remorsos, sendo imune às aflições normais da consciência.

Embora a consciência não seja o tribunal supremo de ética, é perigoso agir contra ela. Martinho Lutero tremeu de agonia perante a Dieta de Worms por causa da enorme pressão moral que ele enfrentava. Quando lhe pediram que se retratasse de seus escritos, ele incluiu estas palavras na sua resposta: "Minha consciência é cativa pela Palavra de Deus. Agir contra a consciência não é certo, nem é seguro".

O uso descritivo da palavra "cativo", por parte de Lutero, ilustra o poder instintivo que a compulsão da consciência pode exercer sobre uma pessoa. Uma vez que uma pessoa é dominada pela voz da consciência, mobiliza-se

um poder do qual podem resultar atos de coragem heroica. Uma consciência cativa pela Palavra de Deus tanto é nobre como poderosa.

Lutero estava correto ao dizer: "Agir contra a consciência não é certo, nem é seguro"? Aqui temos de ser cuidadosos para não tropeçarmos na aplicação da consciência à ética. Se a consciência pode ser mal orientada ou distorcida, por que *não* devemos agir contra ela? Devemos seguir nossa consciência e pecar? Aqui, temos um dilema do duplo risco. Se seguirmos nossa consciência e pecarmos, somos culpados de pecado, porque precisamos ter nossa consciência instruída corretamente pela Palavra de Deus. Contudo, se agirmos contra a nossa consciência, somos também culpados de pecado. O pecado pode estar localizado não no que fazemos, e sim no fato de que cometemos um ato que cremos ser mau. Aqui se aplica o princípio bíblico de Romanos 14.23: "Tudo o que não provém de fé é pecado". Por exemplo, se uma pessoa é ensinada e chega a crer que usar batom é pecado, e ela usa batom, essa pessoa está pecando. O pecado está não no batom, e sim na *intenção* de agir contra o que a pessoa crê ser uma ordem de Deus.

O dilema do duplo risco exige que nos esforcemos diligentemente para mantermos nossa consciência em

harmonia com a mente de Cristo, para que uma consciência carnal não nos leva à desobediência. Precisamos de uma consciência redimida, uma consciência do espírito, e não da carne.

A manipulação da consciência pode ser uma força destrutiva na comunidade cristã. Os legalistas são frequentemente mestres em manipulação de culpa, enquanto os antinomianos são mestres na arte de negação silenciosa. A consciência é um instrumento delicado que tem de ser respeitado. Aquele que procura influenciar a consciência de outros tem uma grande responsabilidade para manter a integridade da personalidade da outra pessoa conforme criada por Deus. Quando impomos falsas culpas nos outros, paralisamos nossos semelhantes e os prendemos em cadeias onde Deus os deixou livres. Quando estimulamos falsa inocência, contribuímos para a delinquência deles, expondo-os ao juízo de Deus.

Sobre o Autor

O Dr. R. C. Sproul é fundador e presidente do *Ligonier Ministries*, um ministério multimídia internacional sediado em Lake Mary (Flórida). Ele também serve como pastor principal de pregação e ensino na igreja Saint Andrew, em Sanford (Flórida). Seus ensinos podem ser ouvidos diariamente no programa de rádio *Renewing Your Mind* (Renovando Sua Mente).

Durante a sua distinta carreira acadêmica, o Dr. Sproul ajudou a treinar homens para o ministério, como professor em vários seminários teológicos importantes.

Ele é o autor de mais de 60 livros, incluindo *The Holiness of God, Chosen by God, The Invisible Hand, Faith Alone, A Taste of Heaven, Truths We Confess, A Verdade da Cruz* (Fiel, 2014) e *The Prayer of the Lord*. Também serviu como editor geral da *The Reformation Study Bible* e já escreveu vários livros para crianças, incluindo *The Prince's Poison Cup*.

O Dr. Sproul e sua esposa, Vesta, residem em Longwood (Flórida).



EDITORA FIEL

A Editora Fiel tem como propósito servir a Deus através do serviço ao povo de Deus, a Igreja.

Em nosso site, na internet, disponibilizamos centenas de recursos gratuitos, como vídeos de pregações e conferências, artigos, e-books, livros em áudio, blog e muito mais.

Oferecemos ao nosso leitor materiais que, cremos, serão de grande proveito para sua edificação, instrução e crescimento espiritual.

Assine também nosso informativo e faça parte da comunidade Fiel. Através do informativo, você terá acesso a vários materiais gratuitos e promoções especiais exclusivos para quem faz parte de nossa comunidade.

Visite nosso website

www.editorafiel.com.br

e faça parte da comunidade Fiel

Como lidamos com nossos dilemas éticos?

Os cristãos querem "fazer o que é certo", mas pode ser bem difícil determinar o que é a coisa certa. Além disso, não temos de lutar apenas contra aquelas questões de ordem maior – os dilemas éticos nos confrontam em todos os menores aspectos da vida. Qual a base para tomarmos as decisões que tomamos?

Neste livro, o Dr. R. C. Sproul demonstra que a Bíblia é a fonte suprema para todas as questões éticas da vida. Isto não significa que ela seja um livro de regras engessadas, do tipo "isto é permitido, isto outro não o é", para todas as possíveis situações, mas a Bíblia provê princípios éticos que nos ajudam nas decisões do dia-a-dia. Aqui neste livro, o autor explica como podemos encontrar e aplicar esses princípios para a vida.



O Dr. R. C. Sproul nasceu em 1939, no estado da Pensilvânia. É ministro presbiteriano, pastor da Igreja *St. Andrews Chapel* na Flórida. Fundador e presidente do ministério Ligonier, professor e palestrante em seminários e conferências, autor de mais de sessenta livros, vários deles publicados em português e editor geral da *Reformation Study Bible*. Durante os seus mais de quarenta anos de ministério no ensino acadêmico e na igreja, o Dr. Sproul tem se dedicado a transmitir com clareza as verdades profundas e práticas da Palavra de Deus. É casado com Vesta Ann e o casal tem dois filhos, já adultos.

EDITORA FIEL

ISBN-13: 978-85-8132-031-1

9 788581 320311

Categoria: Ética cristã / Vida cristã